

ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LEIRIA, DE 21 DE JUNHO DE 2001

Aos vinte e um dias do mês de Junho, de dois mil e um, no salão nobre dos Paços do concelho, sito no Largo da República desta cidade, reuniu a Assembleia Municipal de Leiria.

Dos cinquenta e nove membros que a compõem, faltaram nove membros.

Por parte da Câmara Municipal, esteve presente a Senhora Presidente, Dr.^a Isabel Damasceno Campos e o Srs. Vereadores Dr. Vítor Lourenço, Eng.^o Fernando Carvalho, Dr. Paulo Rabaça, Dr. José Alves e Sr. António Sequeira.

A sessão foi presidida pelo Sr. Leonel Pontes, Presidente da Assembleia Municipal, e secretariada pelos Srs. Deputados Cláudio de Jesus e Manuel Rosa Órfão.

Havendo “quorum”, foi pelo senhor Presidente declarada aberta a sessão, eram 21.00 horas, com a seguinte **ORDEM DE TRABALHOS:**

1. **RELATÓRIO DA CÂMARA SOBRE A ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO NO PERÍODO DE 23.04.01 a 21.06.01 E RELATÓRIO FINANCEIRO -** Apreciação;
2. **QUADRO DE PESSOAL - APLICAÇÃO DO DECRETO-LEI N.º 141/2001, DE 24 DE ABRIL -** Para conhecimento;
3. **EMPRÉSTIMO DE MÉDIO E LONGO PRAZO - PROPOSTA DE CONTRACÇÃO - 871.500 CONTOS - CML -** Apreciação, discussão e votação;
4. **EMPRÉSTIMO DE MÉDIO E LONGO PRAZO - PROPOSTA DE CONTRACÇÃO - 300.000 CONTOS - SMAS -** Apreciação, discussão e votação;
5. **ADESÃO DO MUNICÍPIO DE LEIRIA À ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE ESTÁDIOS -** Apreciação, discussão e votação;
6. **ADESÃO DO MUNICÍPIO DE LEIRIA À ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DOS CASTELOS -** Apreciação, discussão e votação;
7. **PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DE LEIRIA - ALTERAÇÃO DE REGIME SIMPLIFICADO NOS TERMOS DO DECRETO-LEI N.º 380/99, DE 22 DE SETEMBRO -** Apreciação, discussão e votação;
8. **PROTOCOLOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS -** Apreciação, discussão e votação;
9. **POLÍCIA MUNICIPAL - RELATÓRIO DA COMISSÃO MUNICIPAL -** Apreciação, discussão e votação;
10. **REORGANIZAÇÃO DA COMISSÃO DE PROTECCÃO DE MENORES - DESIGNAÇÃO DE 4 MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LEIRIA-** Apreciação, discussão e votação;

RESUMO DA CORRESPONDÊNCIA DE 16.04.01 A 16.06.01

ENTIDADE	ASSUNTO	DESPACHO
GOVERNO CIVIL DE LEIRIA	COMUNICAÇÃO DA CESSAÇÃO DE FUNÇÕES DO SECRETÁRIO	Oficiar a desejar os maiores sucessos na sua nova tarefa
GOVERNO CIVIL DE LEIRIA	COMUNICAÇÃO DA TOMADA DE POSSE DO NOVO SECRETÁRIO	Tomado conhecimento
JUNTA DE FREGUESIA DE CARANGUEJEIRA	CONVITE PARA A FESTA DA ELEVAÇÃO DE CARANGUEJEIRA A VILA	Tomado conhecimento
CÂMARA MUNICIPAL DE LEIRIA	CONVITE PARA ASSISTIR À 3.ª MEIA MARATONA DE LEIRIA	Tomado conhecimento
CERCILEI	CONVITE PARA O VII SARAU DE ACTIVIDADES CORPORAIS	Confirmar presença do Presidente
LIGA DE AMIGOS DA CASA MUSEU JOÃO SOARES	CONVITE PARA JANTAR/CONFERÊNCIA	Enviar inscrição do Presidente
TV CABO MONDEGO	CONVITE P/LANÇAMENTO DO SERVIÇO NETCABO EM LEIRIA	Confirmar a presença do Deputado Manuel Orfão
NERLEI	CONVITE P/JANTAR CONFERÊNCIA "PERSPECTIVAS PARA A ECONOMIA PORTUGUESA"	Tomado conhecimento
TE-ATO - GRUPO TEATRO DE LERIA	CONVITE P/A SESSÃO "À CONVERSA COM A DR.ª MARIA DE JESUS BARROSO"	Tomado conhecimento
IPJ	CONVITE PARA ASSISTIR AO RECITAL DE "CANTO E POESIA EVOCATIVOS DO 25 DE ABRIL"	idem
ORFEÃO DE LEIRIA	LANÇAMENTO DO XIX FESTIVAL "MÚSICA EM LERIA"	Recebi em cima da hora, sem possibilidade de alterar a agenda
NERLEI	JANTAR CONFERÊNCIA "REFORMA FISCAL" - CONVITE	Tomado conhecimento

ANMP	CONVITE AO PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA E UM PRESIDENTE DE JUNTA REPRESENTANTE DAS FREGUESIAS DO CONCELHO - SESSÃO SOLENE COMEMORATIVA DOS 25 ANOS DE PODER LOCAL DEMOCRÁTICO	Inscriver o Presidente da Assembleia e auscultar a opinião dos líderes parlamentares para escolher um Presidente de Junta
DEPUTADO MUNICIPAL JOÃO DO CARMO FERREIRA	SOLICITA RELEVAÇÃO DA FALATA À SESSÃO DE 23.04.01	Releve-se a falta
ANMP	ENVIO DO BOLETIM MUNICIPAL	Tomado conhecimento
ANMP	IDEM	IDEM
ORFEÃO DE LEIRIA	CONVITE P/ESPECTÁCULO INAUGURAL DO 19º FESTIVAL DE MÚSICA DE LEIRIA	IDEM
REGIMENTO DE ARTILHARIA Nº 4	CONVITE P/AS CERIMÓNIAS DO "DIA DA UNIDADE" E JURAMENTO DE BANDEIRA	Confirmar presença

ANTES DA ORDEM DO DIA

PRESIDENTE DA MESA (LEONEL PONTES)

Boa noite, Sr.^a Presidente, Srs. Deputados Municipais, Srs. Jornalistas. Vamos iniciar a nossa sessão da Assembleia e vamos começar exactamente com a aprovação da acta da última Assembleia.

Quem deseja inscrever-se?

Mão havendo inscrições, vou colocar à votação.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

Está aprovada por unanimidade.

Da leitura da correspondência recebida, que foi enviada em tempo um resumo aos Srs. Deputados, queria dar conta de uma nota em particular que foram os 25 Anos do Poder Local, que decorreu em Coimbra, com a presença do Sr. Presidente da República, em que a Assembleia Municipal esteve representada, a imprensa deu conhecimento, divulgou, escuso de citar portanto o que é que se falou.

Recebemos também do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Monte Real, um pedido de relevação de falta, já depois de expedida a convocatória, recebemos também uma carta, a título de requerimento, do Sr. deputado Luís Pinto, pedindo uma série de informações e de imediato fizemos um ofício dirigido à Câmara em ordem a dar as respectivas informações. Queria dar-vos ainda conhecimento do seguinte, eu vou ler o texto:

" Aos Srs. Deputados e em particular aos Srs. representantes de imprensa,

- Quando foi constituído o Conselho Consultivo para a Reabilitação do Centro Histórico, sob a égide desta Assembleia Municipal, desde logo fizemos questão de realçar que este quadro não iria cair no adormecimento.

- Com efeito, o Conselho tem reunido com regularidade e daí têm resultado contributos importantes e empenhados em ordem a encontrar soluções a contento.

- A disponibilidade, o interesse e a participação da Câmara, representada na pessoa da Sr.^a Presidente tem sido total.

- Com efeito, na sequência do que já havíamos informado a Assembleia Municipal e também os órgãos de comunicação, está uma equipa técnica chefiada pelo Sr. Arq. Manuel Teles a fazer um levantamento exaustivo das situações existentes na zona histórica.

- Entretanto, a Câmara estabeleceu um calendário de prioridades e neste âmbito tem vindo a dialogar em perfeita parceria de vontades, com os proprietários dos prédios.

- Deste modo, estão a ser criadas condições para instalar um gabinete de "campo" na zona histórica de modo a aproximar os serviços daquele gabinete técnico, bem como da Câmara, aos munícipes.

- Por outro lado, pretende-se encontrar forma de reequacionar o projecto POLIS de modo a que possa aproveitar também ao Centro Histórico.

Uma outra nota importante.

Ainda neste âmbito e no que se concerne ao horário de funcionamento dos bares na zona histórica, esta questão está também a merecer cuidada atenção por parte do Conselho Consultivo, em ordem a encontrar uma solução que aproveite aos moradores, aos comerciantes, aos utentes dos bares e demais estabelecimentos comerciais, às forças de segurança, à Autarquia e outros.

- Com efeito, e porque não existe nenhum documento(princípio) de base sobre esta matéria, e de modo a encontrar soluções a contento, o Conselho solicitou a um dos seus membros, conjuntamente com o Sr. vereador Eng.º Pedro Faria, para realizar num prazo tido por razoável, um trabalho caracterizando as situações existentes, junto das entidades ou pessoas com interesses naquela zona, de molde a dar celeridade a este processos, suportado numa base objectiva, quiçá participada.

- Por outro lado, o Conselho está disponível para prestar demais informações, que são sempre úteis ao esclarecimento dos munícipes, bem como também está totalmente receptivo às opiniões de terceiros em ordem a valorizar a zona histórica, de resto uma situação que é comum noutras grandes cidades do país. "

Tinha que dar esta informação porque é de facto importante.

E, de correspondência e de assuntos no âmbito da Assembleia, estão os assuntos tratados.

Sr.ª Presidente, de acordo com a alínea c) do n.º 1 do art.º 26º do Regimento, pretende fazer alguma intervenção? Não.

Para pedidos de esclarecimento à Câmara, alguém se pretende inscrever?

Sr. Deputado Cerqueira, faça favor.

DEPUTADO JOSÉ MANUEL CERQUEIRA(CDS/PP)

José Manuel Cerqueira, CDS/Partido Popular.

Sr. Presidente da Assembleia, Sr.ª Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, Srs. Deputados, das interpelações que eu venho fazendo nesta Assembleia à Sr.ª Presidente de Câmara, não tenho tido com objectividade, resposta às questões ou pedidos de esclarecimento.

Do conjunto de pedidos de esclarecimento que eu hoje trago para colocar à Sr.ª Presidente, gostaria que me respondesse com clareza e com objectividade se possível.

E, Assim sendo, eu passo a perguntar à Sr.ª Presidente o seguinte:

1º - Porque razão, as actas do executivo camarário, deixaram de ser enviadas, ao CDS/Partido Popular?

2º Porque razão deixaram de ser enviados convites para alguns eventos quer como Deputado Municipal, quer como Presidente da Comissão Política concelhia e Vice-Presidente da distrital do CDS/PP? Espero que não tenha sido cortada a relação de protocolo!

3º Porque razão, é que cerca de 90% dos projectos de construção que dão entrada nesta autarquia, são chumbados à partida? Será que os arquitectos da nossa praça são incompetentes?

Ou essa incompetência será de alguns técnicos que a Sr.^a Presidente teima em deixar tomar atitudes de prepotência?

4ª Porque razão, nas placas informativas da sobras camarárias, não existe a indicação de datas de início e conclusão das mesmas? Certamente porque os prazos não estão a ser cumpridos!

5º Porque razão também Sr.^a Presidente, ainda não estão terminadas as obras, da Ponte da Catraia?

6º Porque razão, as obras das rotundas da cidade, são iniciadas e não são concluídas? Temos o exemplo da rotunda dos cepos e das latas, temos a rotunda Sá Carneiro, que estava tão bonita e relvada e agora com a colocação da estátua, a relva foi danificada, temos a rotunda do bolo da noiva, temos também a rotunda junto TOTAL e ainda a rotunda do MacDonald's.

7º Sr.^a Presidente, porque razão o muro de suporte de terras da Rua Padre António, ali junto ao Colégio Nossa Sr.^a de Fátima, nunca mais foi reparado? Gostaria que não se esperasse pelo Inverno para proceder à reparação daquele muro.

8º Porque razão Sr.^a Presidente alguma rede viária na zona da Maceira, anda a ser asfaltada, sabendo-se que muito brevemente irão haver intervenções ao nível do saneamento básico?

9º Porque razão foi anulado o concurso para as obras do desnivelamento da Cruz d'Areia que estava para ser adjudicado por cerca de 180 mil contos, essa adjudicação estava para ser efectuada pelo anterior executivo, e posteriormente a Sr.^a Presidente anulou voltando a colocar a concurso, tendo então as mesmas obras vindo a ser adjudicadas por cerca de 330 mil contos, quase o dobro?

10ª Para quando o fim dos trabalhos na zona histórica e já agora gostaria de saber também de onde vem os cerca de 400 mil contos para pagar os trabalhos de intervenção no âmbito do PROCOM, já que, tanto quanto se sabe apenas haverá uma comparticipação de 100 mil contos.

Gostaria também de ser esclarecido quanto ao processo de mudança das sucatas, que eu tenho aqui falado com o Sr. Vereador Eng.º Fernando Carvalho, e quanto ao processo da REFER relativamente ao corte da passagem de nível no lugar de Montijos, na freguesia de Monte Redondo.

Por último, uma nota só de advertência à deselegância da Sr.^a Presidente da Câmara, do Sr. Presidente da Assembleia, do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Santa Catarina da Serra, e do Sr. Presidente da concelhia do PSD, o que aconteceu, no passado domingo, nas comemorações dos festejos de elevação de Santa Catarina a vila, é no mínimo vergonhoso, que

doravante , se saiba respeitar a oposição e não venham a repetir-se atitudes de falta de moral ética e bom senso, como a Sr.^a Presidente da Câmara tanto gosta de apregoar, muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (LEONEL PONTES)

Sr.^a Presidente, como é um conjunto de vastas questões, que responder já a estas?

Sr. Deputado José António deseja intervir? Faça favor.

DEPUTADO JOSÉ ANTÓNIO SOUSA E SILVA(PPD/PSD)

José António, PSD.

O Sr. Deputado , Presidente da concelhia do CDS/PP invocou aqui o meu nome e a minha pessoa como Presidente da concelhia do PSD de Leiria, numa festa para a qual fui convidado e gostaria que ele viesse aqui esclarecer em que é que eu desrespeitei a pessoa em causa e daí o meu pedido de justificação acerca disso.

PRESIDENTE DA MESA (LEONEL PONTES)

Sr. Deputado Cerqueira deseja dar a explicação? É que V.Exa. citou também o Presidente da Assembleia Municipal e eu fiquei sem saber o que é que lhe hei-de dizer!

DEPUTADO JOSÉ MANUEL CERQUEIRA(CDS/PP)

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal das duas uma, ou anda a comer muito queijo limiano ou então, o senhor sabe perfeitamente o que é que se passou nas comemorações da elevação de Santa Catarina a vila, sabe que aquilo que lá se passou foi vergonhoso, com o conluio da Sr.^a Presidente, com o conluio do Sr. Presidente da Junta e com o conluio também, do Sr. Presidente da concelhia do PSD, Deputado José António. Aquilo que se lá fez, que se lá disse, já tive oportunidade de falar antes do início desta Assembleia com o Sr. Presidente da Junta, foi deselegantíssimo, não obstante, espero que o que se lá passou não se volte a repetir, a campanha eleitoral que V.Exa fez é inadmissível, tenho a resposta dada quer que esclareça melhor?

PRESIDENTE DA MESA (LEONEL PONTES)

Faça favor Sr. Deputado Artur Francisco.

DEPUTADO ARTUR FRANCISCO(Presidente da Junta de Freguesia da Maceira)

Artur Francisco, Junta da Maceira.

É que falou-se aqui na minha freguesia e infelizmente a Câmara, não está a fazer um único metro de tapete na Maceira, quem está a fazer lá a estrada do Vale da Gunha foi a Junta que não podia aturar as pessoas, aquilo estava tão mau, que me invadiram várias vezes a Junta de Freguesia e eu tive que fazer uma obra que me custou nove mil e tal contos e ainda não sei aonde é que eu hei-de ir buscar o dinheiro agora vou dizer às pessoas para irem ao Sr. Cerqueira a ver se

s dá o dinheiro para pagar, ando a fazer outras travessas aonde nem sequer o saneamento básico chega, eu sei perfeitamente que se vai haver saneamento básico aquilo vai ser tudo partido mas é a Junta e assumo a responsabilidade agora, eu lamento é que se tragam estas coisas, estamos em vésperas de eleições autárquicas, eu nem vou ser candidato nem quero ser mas que venham já para aqui lavar roupa suja sobre as eleições, isto é feio, é vergonhoso, era só o que eu queria dizer, obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (LEONEL PONTES)

Faça favor Sr. Deputado Cerqueira.

DEPUTADO JOSÉ MANUEL CERQUEIRA(CDS/PP)

Oh Sr. Presidente da Junta da Maceira, desculpar-me-á que lhe diga, mas vergonhoso é o senhor andar a gastar nove mil contos que não sabe ainda aonde é que os há-de ir arranjar, desculpe, sabendo que vai haver intervenções ao nível do saneamento básico, e isso, é deitar dinheiro à rua Sr. Presidente! Isso é que é deitar dinheiro à rua, ninguém está aqui a fazer campanha política e ninguém está interessado em saber se o senhor é candidato ou não, o que há interesse em saber aqui nesta Assembleia, é que há uma gestão má, ou da Câmara ou da Junta o senhor já se denunciou, não é da Câmara é da Junta, eu chamo a atenção do Sr. Presidente para o que está a acontecer na Maceira, porque isso é esbanjar dinheiro, é estar a asfaltar agora a rede viária, e é destruí-la amanhã com a passagem da rede de saneamento , isso é que é mau.

PRESIDENTE DA MESA (LEONEL PONTES)

Oh Sr. Deputado é a última vez, não vou dar mais a palavra para intervir sobre o mesmo assunto. Faça favor Sr. Deputado Artur Francisco.

DEPUTADO ARTUR FRANCISCO(Presidente da Junta de Freguesia da Maceira)

É só para responder. Por acaso o Sr. Deputado Cerqueira vive na Maceira, e antes da estrada ser asfaltada o senhor passou lá? Conhecia a estrada? O senhor sabe que a minha Junta foi invadida várias vezes pelas populações da Venda e da Cerca e eu não as podia aturar? Eu assumo a responsabilidade daquilo que fiz e mais, fala-se no saneamento básico da Maceira, e eu pergunto quando é que o saneamento é feito? Vou esperar quatro, cinco, dez anos? Por onde é que as pessoas passavam? Será que o Sr. Cerqueira, usasse ou passasse alguma vez na estrada do Vale da Gunha à Cerca, que era uma estrada minada de buracos? Onde os carros ficavam? Valha-me Deus! Portanto, eu agradecia que quando o senhor falasse o fizesse com conhecimento de causa, eu não podia aturar as pessoas, e assumo a responsabilidade daquilo que fiz, agora o saneamento básico se calhar, nem daqui a dez anos lá passa.

PRESIDENTE DA MESA (LEONEL PONTES)

Muito obrigado Sr. Deputado.

Há mais alguma inscrição? Sr. Deputado José António Silva, faça favor.

DEPUTADO JOSÉ ANTÓNIO SOUSA E SILVA(PPD/PSD)

José António, PSD.

Oh Sr. Deputado, a primeira vez que me desloquei aqui não tinha percebido bem o sentido da sua intervenção, mas agora, como o senhor repetiu, e que voltou a chamar deselegante à minha pessoa, à Sr.^a Presidente e ao Sr. Presidente da Junta, eu quero-lhe dizer uma coisa, eu fui convidado para participar numa festa da freguesia de Santa Catarina e fui lá com muita honra, e fui convidado na qualidade de Presidente da concelhia do PSD, assim como o senhor foi convidado para lá ir, se apareceu sem ser convidado, deselegante foi o senhor, mas o senhor foi convidado para ir lá, por isso é que apareceu. Assim como foram convidados todos os Presidentes das concelhias com representação aqui nesta Assembleia, portanto, agora se me pedem para eu fazer lá uma intervenção, o que é que o senhor queria que eu fosse dizer? Bem do senhor? Eu fui dizer bem da pessoas que trabalhou em prol da freguesia e que tem defendido os interesses daquela freguesia, assim como fui convidado para ir a outra freguesia, à Caranguejeira, e agradeçi o convite que o Sr. Presidente me fez para lá ir, o senhor também esteve, se me pedissem para intervir fazia precisamente a mesma coisa, dizia bem dele, porque ele de facto e a equipa que está com ele, foram as pessoas de facto que conseguiram e puxaram pelos interesses da freguesia. Quando o senhor estiver numa Junta de Freguesia, que seja elevada a vila e se me convidar, eu vou dizer o mesmo do Presidente do PP que lá estiver, é a minha obrigação é fazer isso, porque tenho que reconhecer o trabalho que as pessoas fazem, agora, vir aqui chamar deselegante às pessoas? O que é que queria? Que eu fosse lá dizer " eh pá a oposição que trabalhou para isto...", os senhores não fizeram nada, e pelo contrário, está visto que os senhores estavam lá só para ver o que se passava e não para participar na festividade que havia naquela terra. Portanto, eu agradeço ao Sr. Presidente de Junta, agradeço a todos os Presidentes que me chamarem, para eu participar nessas coisas, porque eu quero é participar, estou lá é para ajudar as pessoas e dar o meu estímulo pelo trabalho que eles fazem e reconhecer o trabalho deles, agora vir cá chamar de deselegante? Deselegante é o senhor ao afirmar uma coisa dessas, tenho dito.

PRESIDENTE DA MESA (LEONEL PONTES)

Muito obrigado Sr. Deputado.

Sr. Deputado José Ferreira Soares, faça favor.

DEPUTADO JOSÉ FERREIRA SOARES(Presidente da Junta de Freguesia da Bajouca)

José Ferreira Soares, Presidente da Junta de Freguesia da Bajouca.

Sr.^a Presidente, era só para fazer uma recomendação, uma vez que o debate começou e já aqui foram chamados a atenção aos responsáveis políticos deste concelho, eu aproveitava também para lhes chamar a atenção e que tomassem nota, e que fizessem alguma coisa daquilo que é preciso uma vez que se fala em esbanjar dinheiro, vamos também olhar para outro lado.

A recomendação que queria fazer à Sr.^a Presidente é a seguinte: eu li, aqui não foi muito falado, que iria finalmente o Governo deixar de como que, marginalizar este povo, aqui há uns tempos, isto é, iria haver uma intervenção na Nacional 1 mesmo assim aos pedaços, que iria começar nos Moleanos e iria terminar na Cova das Faias, que todos lemos que a A8 aqui há dois anos, se a memória não me traiçoa tinha ido para concurso, não sei se era o projecto ou outra coisa, e, quando se fala em esbanjar dinheiro Sr.^a Presidente e senhores responsáveis políticos deste concelho, não se esqueçam que é capital de distrito, verificamos que brinca-se com coisas muito sérias, esbanja-se dinheiro e com responsabilidades governamentais, e o que se anda a fazer na Nacional 1, dos Moleanos para cá, se era isso meus amigos, vale a pena ficarmos todos decepcionados hoje e há que afiar armas para ir para a luta, ou se aquilo não é para ter futuro, é melhor estar parado ou deixar estar assim mais algum tempo e quando se fizer alguma coisa, que se faça com mais jeito. Ou seja, anda-se lá a criar uma borditas, a ficarem aquelas valas para os carros irem encalhar e irem bater nos outros, que é tentar esticar um bocadinho o pano para criar a faixa de refúgio ao centro da via para quem sai; será que seja essa a intervenção que foi anunciada? E para isso é preciso os milhares de contos que estava previsto gastar? Isso por um lado, por outro lado, fiquei hoje de pé atrás, quando na zona da Meirinhas vi andarem lá com uma fita a medirem e como há pouco tempo houve aquela notícia de que iria haver uma rotunda lá perto.

Sr.^a Presidente como o Sr. Presidente da República já anda novamente a fazer Presidência Aberta, se calhar vale a pena antes de fazerem a rotunda e antes de marcarem esses passos que estão a dar, essas brincadeiras que estão a fazer na Nacional 1, trazê-lo cá para ele um dia de manhã ou à tarde ver a realidade deste concelho, que é capital de distrito, pode ser que um puxão de orelhas dele, valha alguma coisa para nos ajudar. Mas também não ficamos por aí, na 109 então, a brincadeira ainda é mais engraçada, recentemente foi criada largura para fazer um desvio desses, num cruzamento que terá menos de 10% de saídas em relação a outros cruzamentos muito perto, também digo, quem está à frente do Instituto de Estradas devia ter um bocadinho mais de habilidade, ao fazer essa faixa de refúgio para um cruzamento que não chega de certeza absoluta a uma centena de veículos a entrar e a sair durante o dia e a poucos metros deixa um com centenas e

centenas de veículos a sair e a entrar nesse cruzamento, ao menos fizesse os dois para disfarçar um pouco, assim como a IP2 que é apenas uma via rápida até Castelo Branco e dali para cima até à Covilhã é transformada em auto-estrada com menos de metade dos veículos que há cá para baixo, não será porque uma pessoa qualquer vive lá perto do Fundão por acaso? E esse desvio que foi feito na 109, não estará em causa qualquer compadrio com alguém? Mas quem está à frente de um Instituto de Estradas tem que ter pelo menos mais habilidade para não fazer as coisas assim tão de caras! Meus amigos, era isto que eu queria dizer e olhem, que o Governo consiga encontrar um fio à meada para que pelo menos de caras não se veja desperdiçar tanto dinheiro e Sr.^a Presidente, já convocámos uma reunião para breve a luta tem que recomeçar, e caros colegas das freguesias, de simples Presidentes de Junta, temos que formar um movimento, teremos que fazer barulho, teremos que levar pancada, mas reparem que a A8 a começar em Leiria e que já está no mapa, não se sabe nada, a A8 de Ovar até Aveiro parece que até já está para avançar e no entanto, quando o mapa foi feito ninguém sabia dele e de Aveiro para cá, também já está previsto e para lá, se a Sr.^a Presidente souber de alguma coisa, diga-nos porque estamos ansiosos.

PRESIDENTE DA MESA(LEONEL PONTES)

Muito obrigado Sr. Deputado.

Sr. Deputado Domingos Carvalho tinha-se inscrito. Prescinde?

DEPUTADO DOMINGOS CARVALHO(CDS/PP)

Boa noite, Domingos Carvalho, CDS/Partido Popular.

Peço desculpa por ter chegado atrasado, presumo que estamos ainda no período antes da ordem do dia pelo que me foi informado, ou por outra, nas perguntas à Sr.^a Presidente, é exactamente isso.

Sr.^a Presidente, o Partido popular e as pessoas que o representam nesta Assembleia, têm visto um conjunto de opiniões que têm vindo a ser trocadas na imprensa, sobre uma matéria que não vem a esta Assembleia e que eu acho que era de importância crucial para o futuro do concelho, e que é a questão em primeiro lugar do EURO 2004 e por outro lado, da SAD do União de Leiria.

Com a permissão do Sr. Presidente, eu devo referir que tenho alguma dificuldade em entender objectivamente o que se está a passar neste momento e estas trocas de opinião que estão a ocorrer em termos de jornais, isto porque, citando a acta de 15 de Setembro de 1999, altura em que foi definido o regulamento de taxas a praticar nas instalações desportivas, o Sr. Vereador Paulo Rabaça definiu, o seguinte e passo a ler: "...estas infraestruturas sejam regulamentadas devidamente taxadas e os cálculos destas taxas foram feitos em função de dois parâmetros, custo

de gestão de cada uma destas infraestruturas e taxas de utilização de cada uma dessas infraestruturas e com base nisso foram encontradas as taxas, fizemos isso com base nos custos, nas despesas que tem a manutenção de cada uma dessas infraestruturas..." mais a frente e volto a parafrasear"... o que nós alterámos efectivamente para salvaguardar algumas situações que não estavam a se no nosso entender minimamente correctas, são situações que têm a ver com a utilização de infraestruturas por exemplo, por parte de entidades privadas com fins lucrativos, de alguma forma mascaradas entre aspas, ou à custa um pouco de requisições dessas horas, desses espaços pelos clubes, isto é, através de clubes que havia, entidades privadas com fins lucrativos, a utilizar..."

Eu na minha boa fé, e porque como manifestei na altura, tinha feito uma leitura que não foi a que deveria ter feito eventualmente para esta matéria, mas porque pela leitura que tina feito transversal da questão suscitava-me uma dúvida e perguntei: "...para utilização do estádio municipal de Leiria e face à possível futura constituição da sociedade anónima da União Desportiva de Leiria, qual vai ser o regime a implementar, porque aí, estaremos perante uma actividade com fins lucrativos?.." ao que, o Sr. Vereador Paulo Rabaça respondeu em relação à dúvida do Sr. deputado Domingos Carvalho, na página 23, "...fica claro no regulamento do estádio em que se propõe a utilização gratuita das várias entidades, não me parece que uma sociedade desportiva derivando mesmo assim de um clube, constitua um clube ou uma colectividade, isto é uma sociedade desportiva para todos os efeitos, passe a ser uma sociedade comercial e portanto sendo uma sociedade comercial reger-se-à pelas taxas em vigor ou que serão postas em vigor, face ao regulamento que for aprovado..."

Portanto Sr.^a Presidente, temos aqui uma situação que é a seguinte: é anunciado a esta Assembleia que os valores que vão ser utilizados são objectivamente valores que vão ser a realidade dos custos de manutenção de cada uma das infraestruturas. Li, com alguma surpresa, não tanto e devo dizer que não é essa a questão que me preocupa, de ter ou não ter sido pago o valor que estava definido, isso não é relevante, quem não paga deve, há-de pagar, não me interessa também se é através de acerto de contas se não é, também não é relevante, relevante é a discrepância do que foi referido, vindo nomeadamente da concelhia do PSD, de que o valor que corresponderia à SAD do União de Leiria rondaria os dois mil e qualquer coisa contos, e a utilização do estádio, o custo de manutenção custava trinta mil contos ano. Que eu saiba, posso estar enganado, objectivamente não tenho dúvida nenhuma que possa estar enganado, mas presumo que a utilização do estádio é feita pela SAD e pelo Atletismo, salvo melhor opinião, penso que será isto, o que quer dizer que esta tributação real dos custos, atribuiu os dois mil e poucos contos à SAD do União de Leiria, e vinte e sete mil e não sei quantos ao Atletismo,

suponho que seja a verba que está a ser paga pelas actividades do Atletismo referente à utilização do estádio, estou apenas a cingir-me aquilo que foi aqui dito, que nos foi anunciado, para podermos votar. Sobre esta questão ainda, e pedido este esclarecimento, já agora gostava de manifestar a minha opinião, sobre mais duas questões que são igualmente gravosas, em que eu tive oportunidade, aquando da constituição da empresa que veio ou que virá, ou que está a fazer quer o projecto de utilização, de construção, de remodelação do futuro estádio, quer todas as outras instalações desportivas, de dizer nesta Assembleia, que o Partido Popular votava a favor de todo esse conjunto de embrulho(desculpem a expressão), e a razão porque votávamos a favor, cito que disse na altura, " ..é porque estamos perante um daqueles casos, em que não sendo timoneiros do barco, o barco podendo afundar, é altura de que todos façamos força para que ele consiga sair da borrasca. Ora, seria extremamente importante Sr.^a Presidente, que doravante e passando a questão que me parecer perfeitamente discutível de ser necessária a efectivação de um projecto enfim(isto tinha a ver com aquela questão da possibilidade da empresa de um só sócio, penso que continua a ser a questão) mas que era fundamental que a Câmara Municipal envolvesse todas as pessoas, todos os partidos, todas as forças vivas neste projecto..." Eis senão quando, sou surpreendido por uma afirmação da Sr.^a Presidente, que diz num jornal que a oposição devia dizer se queria ou não o EURO 2004. Tenho entendido ao longo do tempo que tenho estado nesta Assembleia, que tenho procurado fazer, aquilo a que chamo oposição construtiva, ou seja, tenho apresentado um conjunto de ideias, que a seu tempo enunciarei, infelizmente a generalidade delas não foram embora pudessem ter acolhido e algumas acolheram a simpatia da Sr.^a Presidente, não tiveram repercussão prática mas a verdade é que o facto de eu fazer ou procurar fazer oposição construtiva, me surpreendeu aquela questão política. Admito, quase juraria que a Sr.^a Presidente estava a tentar falar para o Partido Socialista, se calhar era exactamente essa a leitura da questão, Sr.^a Presidente peço-lhe desculpa, deveria ter dito, o Partido Socialista que diga se quer ou não o EURO 2004. No entanto Sr.^a Presidente, há uma questão que remanesce, quando a Sr.^a Presidente diz se a oposição quer ou não o EURO 2004, há duas questões que são importantes, é o EURO 2004 de 3,9 milhões de contos, o EURO 2004 de 7 milhões de contos, ou o EURO 2004 de, não sabemos quantos milhões de contos? Porque, objectivamente a oposição em qualquer momento para se poder pronunciar sobre isso, terá que saber qual é o EURO 2004, e como efectivamente não houve a chamada destas forças vivas para a participação neste projecto nem que fosse Sr.^a Presidente e aqui é uma crítica veemente que lhe faço, a partir do momento em que a Sr.^a Presidente constatou que havia um desvio no projecto, nos custos estimados do projecto, acho que a Sr.^a Presidente teria a obrigação de ter nem que fosse ao Partido Popular, não sei se mais alguém votou a favor, de nos ter chamado para dizer " meus caros amigos vocês fizeram esta declaração

de voto, votaram assim, olhem passa-se isto, o que é que acham?", era uma questão que penso que politicamente para além de humanamente ser de uma correcção que seria de realçar, não aconteceu, e por isso e volto a dizer, neste momento não estou a falar como eleito pelo Partido Popular, estou a falar em nome pessoal. Sr.^a Presidente, eu creio em relação a esta questão, que nós estamos perante aquilo a que se geralmente e em termos populares se chama um "berbicacho", berbicacho esse que me parece que hoje está a ganhar contornos de alguma malvadez, quando vejo a notícia de uma possível construção de um estádio, privado, que a SAD iria construir, e devo dizer-lhe Sr.^a Presidente, hoje a Sr.^a Presidente Isabel Damasceno, por quem tenho simpatia pessoal, como sabe, amanhã quem quer que seja, há uma coisa que eu não gosto que me façam, e desde que tenha responsabilidade nisso, não aceito que façam a ninguém, tentar pôr as pessoas entre a espada e a parede. Acho que já passámos há muito os períodos de pressão sobre as pessoas, portanto deixava Sr.^a Presidente, para além das questões que lhe coloquei, um repto: Sr.^a Presidente, a informação que eu tenho, é de que os níveis de assistência no municipal de Leiria são residuais, têm sido residuais, não é fácil que possamos antever que haja uma inflexão brutal nesses números, que possam de alguma forma, levar a que em vez das trezentas, quatrocentas, quinhentas, mil pessoas que habitualmente vão ao municipal de Leiria, possamos vir a ter trinta mil, vinte mil, vinte e cinco mil e portanto Sr.^a Presidente, o repto que lhe deixo, porque não o devo propor, mas devo-lhe deixar esta nota porque eu subscrevê-lo-ia e mais, acho que a senhora o devia fazer, era uma consulta popular aos cidadãos deste concelho, um referendo local, em que lhes perguntasse duas questões muito simples, EURO 2004 assim ou não e SAD do União de Leiria, sim ou não, e Sr.^a Presidente, e aí, estávamos perante uma resposta política claríssima, inequívoca e que não daria aso a qualquer dúvida política, ficava muito claro do que é que a população pretendia e como pretendia, agradecia o seu esclarecimento. Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (LEONEL PONTES)

Muito obrigado Sr. Deputado.

Mais questões à Sr.^a Presidente . Oh Sr. Deputado Cerqueira, o senhor usou da palavra duas vezes, podê-lo-ia utilizar em defesa da sua honra se fosse caso disso. Mas excepcionalmente dou-lhe a palavra, faça favor.

DEPUTADO JOSÉ MANUEL CERQUEIRA (CDS/PP)

Muito obrigado Sr. Presidente.

Era só para dizer ao Sr. Deputado José António, que já agradeci e fui convidado, tal e qual como o senhor foi, na qualidade de Presidente da concelhia de um partido, fui convidado pelo Sr. Presidente, agradeci-lhe, dei-lhe os meus parabéns, e repito, deselegância Sr. Presidente e

aliás, o CDS/Partido Popular está habituado às deselegâncias, não sei porquê, nós não fizemos mal nenhum a ninguém, nós até de terroristas políticos já fomos apelidados, quer comentar? Quer que lhe diga aonde é que foi? Que lhe mostre os jornais? Agora, seria humilde, da parte do Sr. Presidente da concelhia ou do Sr. Presidente da Assembleia, dizer "eh pá, sim senhor, tem razão, eh pá foi uma escorregadela no discurso " e nós sabemos entender essas coisas, foi uma escorregadela, pronto, e nós sabemos entender essas coisas, foi, porque foi, porque o Sr. Presidente ficou embaraçado na altura, toda a gente se riu com a história e toda a gente sabe o que é que lá se passou, os Srs. Jornalistas estavam lá, toda a gente estava lá, eu não tenho gravação, mas para a próxima levo gravador para ouvir, Sr. Presidente.

PRESIDENTE DA MESA (LEONEL PONTES)

Muito obrigado Sr. Deputado, as coisas só têm o valor que têm.

Faça favor Sr. Deputado Góis Martins e a seguir o Sr, deputado José Augusto Esteves.

DEPUTADO GÓIS MARTINS (PPD/PSD)

Góis Martins, PSD.

Sr.^a Presidente da Câmara, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Venho fazer à Sr.^a Presidente da Câmara, três recomendações e uma crítica. Já que estamos em tempo de crítica, primeira recomendação: não sei se a Sr.^a Presidente já se apercebeu da anarquia que vai no estacionamento, na Av. 22 de Maio, principalmente em frente aqueles primeiros blocos, imediatamente a seguir à rotunda das portas da cidade, em que se estaciona em espinha, na horizontal, em segunda fila, em cima do passeio, com jipes, com carrinhas, com automóveis, com tudo o que tem quatro rodas. A despeito de haver um parque sempre com lugares disponíveis, a vinte metros de distância, nós portugueses continuamos a ser assim, não levamos o carro para casa porque eles não sobem as escadas, agora não temos é o direito, de pôr em causa os direitos dos outros, e muito menos de destruir aquilo que se acabou de construir, nomeadamente os passeios. Como parece que não há outra solução, eu recomendava à Sr.^a Presidente, que proporcionasse que fossem colocados à beira do passeio, marcos para evitar que estas situações se mantenham, porque de contrário, não vale a pena, andarmos a gastar dinheiro em obras, no dia seguinte elas estão todas destruídas.

A outra recomendação, prende-se com a rotunda das portas da cidade, não há dúvida que a construção daquela rotunda veio resolver uma parte do problema que havia com o cruzamento que lá existia, mas, veio criar outro, se calhar mais difícil ainda de ultrapassar. Não sei se já experimentou a circular na Av. 22 de Maio no sentido de Leiria às nove da manhã, ou às cinco da tarde, ou às sete da tarde, ou às duas da tarde, as filas são de rotunda a rotunda, e isto porquê?

Porque a rotunda tem três entradas e uma saída, entra-se na rotunda quem vem da rotunda Sá Carneiro, entra-se na rotunda quem vem do lado dos Marrazes, entra-se na rotunda quem vem do lado da estação. Como toda a gente tem prioridade porque já está dentro da rotunda, a Av. 22 de Maio não consegue entrar lá, parece que aquilo só se resolve com semáforos para ordenar a entrada naquela rotunda, de outra maneira, a rotunda não serviu absolutamente para nada.

Terceira recomendação e aqui retomava um tema que o Deputado Garcia da Fonseca já em tempos recomendou e que não foi feito e que eu penso que não pode continuar a ser, esta cidade está transformada numa autêntica cidade do Texas, no tempo dos cowboys, é pó por tudo quanto é sítio, os carros lavam-se num dia, no dia seguinte estão imundos de pó, a Câmara deveria providenciar para que as zonas que estão em obras fossem molhadas com muita frequência, não se pode manter este ambiente, quando tanto se defende um ambiente para a vida das pessoas em saúde, nós estamos exactamente a contribuir para o contrário. Não há dúvida que as obras são necessárias, é um mal necessário mas como remediar esta situação? Há que pôr um tanque, diariamente regar as zonas que estão em obras, para que não vivamos neste sufoco.

A crítica, tem ainda que ver com a zona da rotunda das portas da cidade, ou seja, com o edifício que foi implantado nos terrenos que eram da família Cova. Não há nada a fazer, o edifício já lá está, implantado no meio da estrada, e agora que está a ser construído o passeio, está a ser construído estreitíssimo para passar uma pessoa de cada vez, e a ocupar parte daquilo que deveria ser a faixa de rodagem. Isto todos sabemos o porquê daquilo ter acontecido e as dificuldades que houve, mas isto leva-nos a ponderar muito bem situações futuras, situações como aquela não se podem repetir porque estamos a pôr em causa os direitos que as pessoas têm à livre circulação no espaço público, é tudo. Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA(LEONEL PONTES)

Muito obrigado Sr. Deputado.

Dava agora a palavra ao Sr. Deputado José Augusto Esteves.

DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO ESTEVES(PCP)

José Augusto Esteves, PCP.

Eu fiz um momento de espera, porque estava convencido que aqui pelo menos nesta fase da nossa Assembleia, alguém devia colocar porque já tinha opinião definida sobre o tema, e pedir contas que eu julgo que é necessário pedir contas, acerca do problema do Sr. Daniel Pereira, julgo que é assim que se chama, é um hoje funcionário aqui da Câmara. Eu tinha dito quando fui questionado pela imprensa que só me pronunciaria, depois de aprofundado, e até agora tentei perceber o que se passou, houve outras pessoas que tinham opiniões definitivas e tinham dito

inclusive que era um escândalo, eu esperava que hoje aqui viesse eventualmente clarificar a situação. Ninguém o fez, peço eu à Sr.^a Presidente, porque esta Assembleia, face às opiniões que estão na opinião pública, não pode deixar de pedir contas à Câmara de uma situação que me parece pelo menos caricata, se é a fazer fé naquilo que está escrito. Portanto, a primeira questão é esta: Sr.^a Presidente, explique lá o que é que aconteceu com esse senhor, que passou de setenta e cinco para cento e vinte e cinco, para seiscentos e quarenta, desce para duzentos e quarenta, ninguém percebe nada disso e portanto, deram a entender porque se trata de um responsável da JSD, que isto era de facto ainda mais grave por esse facto. Toda a gente sabe que já foi aqui aprovado numa Assembleia anterior, um voto de protesto por acaso por unanimidade, face a situação semelhante, quer dizer, na altura a Comissão apurou que se tratava de facto de fraude e portanto...(por motivos de ordem técnica, não ficou registado o resto da intervenção sobre este assunto)....estamos em cima já ou já ultrapassámos os oito meses que demos à Leirisport para apresentar o projecto de viabilidade do EURO 2004, estou enganado? Bem, se não está nos oito meses deve estar aí a rebentar. A questão que eu ponho é esta: já temos o projecto de viabilidade, é possível conhecê-lo, que conclusões é que se chegou, como é que as coisas se vão desenvolver?

Eu sei que ainda estamos nas perguntas à Presidente, depois de "antes da ordem do dia" podemos eventualmente falar disto mas eu também gostava de dizer o seguinte: nós não podemos, depois de o barco estar em andamento, por exemplo quando decidimos aqui a construção da Leirisport com um determinado objectivo, quando deixamos correr o marfim, não vamos agora em cima do limite de prazos, fazer propostas que são de todo inviáveis. E portanto, eu gostava de dizer o seguinte: eu gosto de tratar destas coisas, eu de futebol por acaso gosto de jogar, sou do Sporting, sócio dos Marrazes, não sou por acaso do União mas gostava de dizer que não gosto de ver tratado ao nível dos princípios porque assumimos compromissos, antes dos compromissos é lícito fazer determinado tipo de propostas, depois de se fazerem certo tipo de compromissos e subscrever por baixo seja ao nível do Governo como por exemplo, Sua Excelência o Sr. Prof. Cavaco Silva, que veio ainda há muito pouco tempo dizer, que "se fosse eu anularia a possibilidade de Portugal participar no EURO 2004"; eu sei que é uma pessoa muito estimada pela bancada do PSD, mas esse senhor que foi 1º Ministro devia saber, que nas relações internacionais, se o Governo português fizesse isso, era um escândalo e além disso punha este País de rastos. Quem é que mais acreditaria em nós em relação a essa matéria, quem é que iria negociar connosco? A questão que eu ponho é assim: a Câmara de Leiria também subscreveu por baixo neste quadro, e há coisas que não podemos tratar e que temos que assumir isto com uma certa seriedade quando estão a acabar os prazos para arrancar com os compromissos. Um referendo? Agora? Neste momento? Não faz sentido. Eu acho que é possível discutirmos um conjunto de

coisas mas estarmos a colocar isto, eu quero distanciar-me desde já de algumas ideias e de algumas propostas, exactamente por uma questão de princípio, é que quem veio aqui na altura e toda a gente se calou quando foi do Leirisport, dizer que talvez não era aquele o local e questioneei a Câmara, que porventura talvez não fosse a melhor solução, depois votei a favor, certamente todos votaram a favor. O que eu julgo, é que nós precisamos de encontrar com serenidade porque eu também fiquei preocupado com a notícia de hoje, do jornal, fiquei, acho que tenho o direito de ficar preocupado, como é que se ousa, já falam em projecto imobiliário adjacente a um novo estádio, se calhar aquilo é tudo treta, para pressionar, etc, mas sabendo que há um compromisso, sabendo que quem assinou por baixo foi um Município, o que é que isto significa? Eu agradecia que explicasse esta matéria e já agora, se calhar estou a demorar um pouco mais mas é para dizer assim: Certamente nós somos um partido pequeno e sem grande importância aqui no concelho e portanto sendo assim, provavelmente nesta matéria de convites e de certo tipo de iniciativas que se tomam, pronto, nunca somos lembrados, eu gostava de dizer que há ainda pessoas que são convidadas, mas no que diz respeito ao PCP, não me lembro, sejam ao nível da piscina, da festa da passagem a vila, do não sei quê, de terem alguma vez convidado o PCP nesta matéria, é só para registar, nós também não temos qualquer problema.

PRESIDENTE DA MESA(LEONEL PONTES)

Muito obrigado Sr. Deputado.

Bom colocadas um conjunto de questões à Sr.^a Presidente, eu dava a palavra à Sr.^a Presidente para responder, faça favor.

PRESIDENTE DA CÂMARA(Dr.^a Isabel Damasceno Campos)

Sim senhor, muito boa noite a todos.

Eu vou responder a parte das questões, as restantes passarei aqui a palavra aos Srs. Vereadores, para esclarecerem mais em pormenor os problemas.

As primeiras questões levantadas pelo Sr. Deputado José Manuel Cerqueira, relativamente aos convites, eu acho efectivamente estranho, as orientações são protocolo da Câmara, faz parte os membros das Assembleia Municipal, que recebem por norma, convite, os Deputados, os Vereadores, etc, etc. Estranho que efectivamente que não receba os convites, acho isso muito estranho e sempre que isso acontecer, o que eu lhe peço é que faça o favor de avisar, porque concerteza há qualquer problema de correio, porque as regras são estas, são dadas orientações para ser enviados convites a todos os membros da Assembleia Municipal em qualquer iniciativa promovida pela Câmara ou pela Biblioteca, ou pela Câmara em parceria com uma associação qualquer, são estas as instruções, sempre que isso não acontecer, eu agradeço aos Srs.

Deputados que façam o favor de me dizer. O mesmo se passa em relação às actas o que é mais estranho ainda, porque não houve ainda mais ninguém a levantar o problema, as actas são enviadas a todos os partidos, mandam-se um conjunto de actas para cada partido, não manda a todos os membros da Assembleia mas manda para cada partido, e portanto se alguma coisa falhou, a mesma razão, não há nenhum fundamento objectivo a não ser qualquer problema de envio ou de correio ou mudanças de moradas o que julgo que não porque continuam a ter o mesmo senhorio, e portanto julgo que não será essa a questão.

Relativamente à questão que aqui levantou sobre Santa Catarina da Serra, para mim a sua conversa foi totalmente surrealista, não percebi nada do que o senhor disse e portanto tem que o manifestar, não percebi rigorosamente nada. Fui a uma festa naturalmente na qualidade de Presidente da Câmara, penso que foi nessa qualidade que fui convidada, fui convidada a intervir, fiz a minha intervenção, e não sei o que é que se passou de estranho, muito sinceramente, apercebi-me que efectivamente quem estava a conduzir a cerimónia convidou todos os Srs. Vereadores presentes, os membros da Assembleia Municipal para estarem naquele palanque que ali foi improvisado, mas isso eu observei, quem estava a dirigir a cerimónia e que até está aqui presente connosco, é um Deputado Municipal, pediu para todos os membros da Assembleia que ali estivessem presentes, Vereadores, Presidentes de Junta e penso que Presidentes das Colectividades, bem como o Presidente da Assembleia Municipal, eu própria, e pensei que inclusivamente o Dr. José António estaria lá na qualidade de Deputado, tendo em conta depois o próprio discurso do Sr. Presidente da Junta que depois disse que enfim, que foi ele que levou a proposta de elevação à Assembleia da República, e portanto, não consegui perceber de maneira nenhuma, quais foram as suas insinuações e como tal considero-me totalmente inocente, completamente, fui convidada, pediram-me para falar, concerteza não tinha que lhe ir pedir licença a si para fazer uma intervenção, ouça, é que realmente não é depois, as coisas quando se dizem dizem-se todas, com toda a clareza, porque eu não percebi sinceramente, tudo quanto ali se passou, que eu tenha observado, foi exactamente assim! Foram chamadas as pessoas por quem estava a ser organizada a festa, que não foi a Câmara como sabe, foi a Junta de Fregueisa, para que estivessem ali naquele palanque e as pessoas foram, foi combinado quem é que falava e as pessoas falaram, portanto não consegui perceber realmente, a abrangência das suas observações.

Eu deixava aqui um conjunto de questões para ali o Vereador Eng.º Fernando Carvalho esclarecer, tem a ver mais concretamente com obras, e só lhe dava aqui um esclarecimento relativamente ao muro do Colégio N.ª Sr.ª de Fátima, o proprietário foi notificado, como sabe as notificações, de pois são dados não sei quantos dias para repor a situação, se não repõe, a Câmara tem que se substituir e vir a fazer a reparação e depois cobrar ao proprietário. Estamos ainda na

fase final de notificação, de contagem de prazos, esperando que o proprietário venha a fazer, se assim não for, faz-se de acordo com o que está previsto na Lei, a Câmara faz e vai depois cobrar ao proprietário a reparação que foi feita.

Relativamente à questão dos trabalhos no centro histórico e ao problema do financiamento, eu já expliquei muitas vezes aqui nesta Assembleia, qual é o conjunto de financiamentos que estão a ser fixados para o centro histórico. O PROCOM apenas financiou como o senhor disse e verdade, cerca de cem mil contos, PROCOM que era o programa do segundo quadro comunitário que apoiava apenas a componente de espaço público ou seja, todos os arranjos exteriores não entrando as infra-estruturas naturalmente. O PROCOM é um programa, que complementarmente com o PROCOM para a área dos comerciantes, tem o objectivo de arranjar o espaço público, portanto, a candidatura foi feita, o que é que isto contempla? Contempla naturalmente reposições de calçadas, mobiliário urbano e não mais do que isto. Com sabem também, foi aproveitada a oportunidade para se fazer uma remodelação profunda das infraestruturas do centro histórico, a saber: saneamento, água, enfim, todas as outras infraestruturas que não vale a pena estar aqui a dizer porque os senhores sabem e já foi aqui falado. Esse financiamento das restantes infraestruturas, enfim das obras que estão enterradas, foi através de uma candidatura ao III Quadro Comunitário de Apoio e que foi apoiada, que foi aprovada., trezentos e setenta e cinco mil contos, a candidatura do resto das infraestruturas, sem contar a candidatura do PROCOM que como lhe digo, só se destina à reposição do espaço público e ao mobiliário urbano. E resta dizer, que estamos ainda a preparar uma nova candidatura, também PROCOM, que não se chama PROCOM neste momento porque entra-se já no esquema do III Quadro Comunitário, vai-se chamar URBCOM, para naturalmente ainda conseguirmos porque só a parte à vista, as calçadas etc, foi superior do que os cem mil contos que tivemos de apoio, portanto, vamos fazer uma nova candidatura que aliás ficou comprometida logo no II Quadro Comunitário, era averba disponível, no entanto, todas as entidades que fizeram candidaturas ao PROCOM, tinham possibilidade de apresentar uma nova candidatura no âmbito do URBCOM, que é o programa do III Quadro Comunitário.

Relativamente às questões levantadas pelo Sr. Deputado Soares, eu não ouvi falar em nenhuma intervenção na E.N. 1 ou no IC2, a única coisa que eu sei que está programa no IC2, é entre o Alto do Vieiro e a Cova das Faias, o alargamento que faz parte de um pacote conjunto do IC36 que como também foi anunciado nos jornais, deveria ter sido publicado o concurso para não contar o atraso com que foi publicado a primeira vez mas pelo menos há três meses deveria ter sido anunciado, foi, mas com uma falha por parte do Instituto de Estradas de Portugal que não mandou anúncio para o Jornal das Comunidades o que era obrigado por lei e portanto, foi feito

um anúncio de novo a valer agora, porque foi enviado para o Jornal das Comunidades e com isto, para além do atraso que já havia , somou-se um novo atraso de mais pelo menos três meses. E este concurso, que é de concessão, é que prevê o alargamento do IC2 mas tanto quanto eu sei, é apenas entre a Cova das Faias e o Alto do Vieiro, portanto, desconheço qualquer outro tipo de intervenção.

Relativamente à A8, o que se pode dizer é que efectivamente já foram apresentadas as propostas, é um concurso de concessão, e estão em análise por parte do Instituto de Estradas que como sabe, é uma proposta de valor de execução da obra mas também de traçado, não do traçado essencial mas de localização de nós, é por isso é que é uma concessão, eles apresentam uma proposta que tem todas estas componentes.

Relativamente às questões que foram aqui levantadas pelo Sr. Deputado Domingos Carvalho, eu só lhe queria dizer o seguinte: Em relação ao EURO 2004, há alguns esclarecimentos importantes, efectivamente a Câmara subscreveu uma candidatura ao EURO 2004 juntamente com outras instituições e associações da região, da cidade, nomeadamente a Associação de Municípios da Alta Estremadura, o Governo Civil, a Associação de Futebol, a Região de Turismo Leiria/Fátima e a Câmara de Leiria, foram estas as entidades que apresentaram a candidatura. A candidatura foi analisada e Leiria como sabem veio a ser seleccionada, isto ainda numa fase não de decisão sobre Portugal, apenas foram escolhidas as cidades. Quando foi feita a apresentação da candidatura à UEFA , candidatura essa que contemplava já a escolha das cidades, portanto, iam já no pacote de candidatura da UEFA, as cidades onde efectivamente Portugal dizia que se iria efectuar o EURO 2004. Foi preciso o Governo, que coordenou este processo de candidatura, apresentar uma estimativa dos custos das intervenções nos estádios, a minha explicação tem dois objectivos, é explicar o processo todo e ao mesmo tempo dar uma explicação relativamente á questão dos custos, esta Comissão que nesta altura existiu e que enfim, orientou todos os trâmites em relação á candidatura, contratou uma empresa de consultadoria que fez as estimativas em todos os estádios do País. Fez a estimativa dos estádios novos, fez a estimativa dos estádios que iam ser remodelados, enfim, todas as cidades foram avaliadas por essa Comissão /empresa de consultadoria, e, assim apareceram os custos. Nós nunca formos informados nessa altura da candidatura sequer, qual era o valor dos custos que estimava para Leiria, veio a empresa, fez uma estimativa, entregou o dossier ao Governo que por sua vez enviou para a UEFA. Mais tarde, depois da candidatura ter sido enviada, é que nós tomámos conhecimento que efectivamente os custos que aqui tinham sido estimados, na base da remodelação, passavam por os tais 3,9 milhões de contos. Evidentemente que houve logo uma percepção na altura, de que era um valor insuficiente, quer dizer, uma remodelação de um estádio daquela envergadura tanto mais e isto é

uma componente importante de referir, as exigências da UEFA que por si só já eram grandes, foram ainda acrescidas por um regulamento interno português, que obriga do ponto de vista de segurança a exigências, terrivelmente à apetência, portanto, do ponto de vista de segurança não existem regras específicas da UEFA e existe uma legislação própria portuguesa que tem um rigor e obriga a graus de exigência perfeitamente difíceis de cumprir e que naturalmente encarece os projectos, e foi esta a estimativa e só para explicar como é que aparece este valor de estimativa, e só para explicar que efectivamente esta estimativa foi insuficiente para todos os estádios do País, senão vejamos, eu lembro-me por exemplo que na altura da Páscoa, saiu um artigo no Expresso, com bastante profundidade sobre a questão do EURO, em que vinham referidos todos os estádios que iriam ter obras e tinham as duas iniciativas, a estimativa inicial e a estimativa agora com o projecto, e todos tinham desvios brutais, superiores na grande maioria deles ao caso de Leiria. Na altura até nem apareceu nessa notícia nenhuma estimativa de Leiria por uma razão muito simples, porque nós ainda não tínhamos a entrega total do projecto, e era mais uma vez precipitado estarmos a dar uma estimativa intermédia daquela que riria ser a estimativa do projecto, portanto, foi nestas circunstâncias, que foi feita a referida estimativa que foi no dossier apresentado à UEFA, de candidatura de Portugal. Continuando na história do processo, entretanto Portugal é escolhido como País organizador e naturalmente que avançaram com tudo quanto é processo, de projecto, etc, etc, e eu lembrava a todos os Srs. Deputados que nunca houve aqui nenhum pronunciar objectivo da Assembleia relativamente ao processo do EURO, nunca ninguém disse aqui na Assembleia conjuntamente somos a favor ou somos contra, o que eu digo é, há mais de um ano e meio, e foi na altura de um jogo que aqui houve entre Portugal e Dinamarca, foi feita uma apresentação pública, do projecto que já estava numa fase bastante adiantada, em que havia pressupostos perfeitamente claros, que era o projecto era aquele e era para fazer uma remodelação do estádio ou seja, era naquele local, e portanto não houve aqui nenhum processo escondido, nem a resolver debaixo do capote, isto foi perfeitamente público, e portanto se eu aceito que possa haver opiniões divergentes relativamente às localizações, ao modelo de estádio, eu acho é que as coisas devem ser ditas no tempo oportuno, porque efectivamente não é um ano e meio depois, quando o processo já está com o processo de arquitectura perfeitamente completo, o processo das especialidades completo, uma primeira empreitada em fase de entrega de propostas, todo o processo está em andamento, que começam a surgir todas as dúvidas relativamente à questão do EURO, porque não é ali, porque ficava melhor noutro lado qualquer, porque o estádio não é realmente o melhor sítio, questões que em determinada altura são pertinentes, as pessoas têm todo o direito de se questionar sobre todas as coisas, agora, penso é que há momentos e momentos para se questionar, e neste momento, eu acho que a questão do EURO, é uma questão nacional, é um

projecto de projecção nacional, é uma falta de credibilidade enorme para o País, voltar atrás com tudo isto, é a minha opinião, e naturalmente quando digo o País digo todas as cidades que estão envolvidas, na certeza porém de que, depois de termos o projecto completamente feito, já com uma fase muito avançada dos projectos de especialidades ou praticamente concluídos, é que nós tivemos o valor real, e que só nesse momento é que foi divulgado. Não fizemos nenhuma tentativa de aproximações sucessivas, como aconteceu como disse, naquela notícia que apareceu em Abril, no Expresso, nós não referíamos o valor para Leiria, e portanto aparece depois o valor final que é o valor do projecto e dos projectos das especialidades, com todas estas exigências que eu já referi. A certeza porém também, que efectivamente todas essas questões que agora possam ser levantadas, relativamente e por isso a minha pergunta muito objectiva, quer dizer, tem que haver aqui uma sintonia total, porque estas questões levantadas permanentemente fora de tempo, prejudicam as candidaturas, sem a mínima dúvida, porque nós sabemos todos que há sobretudo uma situação muito concreta da Espanha que está com tudo preparado para fazer o EURO 2004, e portanto todas as fragilidades que possa haver de discussões, repare, as discussões não foram só em Leiria, fizeram-se várias discussões fora de tempo noutras cidades candidatas, já escolhidas, completamente fora de tempo, mas de interrogarem-se se em determinada altura sobre o sítio, sobre o modelo, se é o arquitecto A ou B, são naturalmente penalizadoras e portanto acho que neste momento, a não ser que haja uma crise nacional e assumida pelo Governo, e dizer "não há condições de maneira nenhuma, estamos todos aqui com a corda ao pescoço.." de resto, temos que todos batalhar por um projecto, que é um projecto nacional e é um projecto que naturalmente credibiliza e projecta Leiria, não tenho a mínima dúvida, assim o fiz, com esta convicção, quando o subscrevi.

Naturalmente que agora entrava aqui já numas questões complementares que foram também trazidas sobre este assunto, do Deputado José Augusto, naturalmente que é importante a informação relativamente à viabilidade e quero esclarecer que a Leirsport não foi criada exclusivamente para gerir o projecto EURO, foi uma empresa criada no âmbito desta Assembleia, uma empresa que tem como objectivo principal a gestão e construção dos equipamentos desportivos, no qual faz parte o estádio, e portanto, é nesse contexto que a Leirsport está a funcionar. Como sabem a Leirsport foi formada com a Câmara maioritária e depois um consórcio formado pela Caixa Geral de Depósitos, BPI e Parque EXPO e é nesse contexto que está a funcionar, e é nesse contexto que está a ser feito e estudado o modelo de viabilidade, que obrigatoriamente a seu tempo virá e tem que ser rápido, portanto, está na fase final de elaboração, que deverá ser apresentado a Câmara e a esta Assembleia com toda a certeza para toda a gente perceber por um lado qual é a estimativa real de custos que é este que já foi dito, mas depois, qual

é naturalmente, a engenharia financeira que virá a cobrir os custos que estão estimados para a realização deste investimento, que eu julgo que é importante para o País e para a cidade e para a região.

Relativamente à questão das taxas eu pedia ali ao Sr. Vereador, que já tomou nota, para o esclarecer, relativamente às questões do Sr. Deputado Góis Martins o Sr. Vereador Fernando Carvalho fala, ficava aqui para esclarecer, neste conjunto de questões que me foram colocadas, o problema do Daniel Pereira, de acordo com o pedido feito pelo Deputado José Augusto Esteves.

É importante esclarecer a seguinte base de raciocínio: O Daniel Pereira foi contratado pela Câmara muito antes de ser Presidente da JSD, primeira questão que é importante esclarecer. E foi contratado num regime de meio tempo, porque era professor da Escola Profissional de Leiria e portanto disponibilizou-se a meio tempo, para dar apoio na Divisão da Juventude e em todas as actividades que tivessem a ver com a Juventude, e nesse contexto, não tenho agora aqui os valores específicos, mas foi combinado, em regime de avença, que se lhe pagaria o equivalente penso eu a cerca de oitenta noventa contos, e assim esteve durante o tempo que esteve a meio tempo. Em Setembro do ano passado, porque havia efectivamente matéria para trabalhar nesse contexto, pôs-se o problema ao Daniel de ele vir a tempo inteiro para a Câmara, deixando a sua actividade na Escola Profissional, e ele veio efectivamente, aceitou nessas condições, dedicando-se a tempo inteiro à Divisão da Juventude. E, estabeleceu-se com ele um valor de remuneração na base dos duzentos e cinquenta contos líquidos, por mês, o que é efectivamente um valor que está contratualizado com muitas situações idênticas e que equivale muito à remuneração dos quadros superiores com funções de Chefia que existem. Fez-se esse acordo, única e simplesmente havia um problema aqui para resolver que era, qual era o valor que se devia pagar para ele ficar com os duzentos e cinquenta contos líquidos, atendendo aos descontos que tinha que fazer para a Segurança Social e enfim, para todas as modalidades de descontos que ele tinha que fazer. E o processo arrastou-se do ponto de vista temporal porque não tivemos informação adequada em termos das instituições a quem se pediu os esclarecimentos, relativamente ao desconto a fazer para a Segurança Social, fez-se consulta também ao Sindicato dos Professores, a várias instituições, à própria ADSE, à própria Segurança Social para sabermos qual era o valor que efectivamente teríamos que descontar, isso foi feito por escrito, as respostas tardaram, e o Daniel continuou a ganhar aquilo que ganhava antes quando estava a meio tempo, desde Setembro até penso que Maio deste ano, foi assim que as coisas se passaram, ele esteve a ganhar o equivalente a meio tempo desde Setembro até Maio, trabalhando a tempo inteiro, à espera que se esclarecesse esta questão do ponto de vista de vencimento. Quando se esclareceu o valor dos descontos que teriam que ser feitos e portanto qual era o valor a aumentar aos duzentos e cinquenta contos para ele ficar

com os duzentos e cinquenta contos líquidos, foi-se fazer a regularização dos retroactivos, que era como é evidente e justo, desde Setembro, fez-se isso com incidência no ano económico de Janeiro, por isso a expressão do ponto de vista mensal ser muito grande, porque do ponto de vista de ano económico e contabilístico, não se podia estar a fazer incidências de despesas para o ano anterior e então, fez-se a partir de Janeiro, quando na realidade era uma regularização desde Setembro até Maio, foi exactamente isto que se passou, existe toda a documentação aí na Câmara para ser consultada por quem quiser. O que aconteceu depois disto, foi decidido pelo Sr. Vereador do Pelouro, que o queria nomear como Secretário, uma vez que a lei permite a existência de secretário, e portanto, a partir do momento em que o nomeou como secretário a partir de Junho, ele tem a remuneração como está previsto na lei que tem um secretário, que é equivalente aos duzentos e cinquenta contos líquidos, tal e qual como ele teria, que estava a ganhar desde Setembro. Apenas houve este deslizamento no tempo, de atribuição da remuneração, por estas razões que acabei de explicar. Portanto, ele é que esteve naturalmente prejudicado desde Setembro até Maio, que esteve a ganhar como meio tempo trabalhando a tempo inteiro, naturalmente que era obrigatório a entidade patronal regularizar com ele a situação que tinha pendurada e que não tinha sido possível esclarecer.

E penso que não tenho mais nada e o Sr. Presidente se me dá licença, passava a palavra aos Srs. Vereadores.

PRESIDENTE DA MESA (LEONEL PONTES)

Sr. Vereador Fernando Carvalho, faça favor.

ENG.º FERNANDO CARVALHO (VEREADOR)

Boa noite a todos, Fernando Carvalho, Vereador da Câmara.

Começava por responder ao Sr. Deputado José Manuel Cerqueira, não necessariamente pela ordem em que colocou as questões, em relação às sucatas, já por três vezes fui interpelado nesta Assembleia, e dei sempre a mesma explicação. É exactamente aquela que existe, posso voltar a explicar tudo outra vez mas penso, que não será necessário, é um processo que está dependente da revisão do PDM, com a criação da zona industrial de resíduos, um projecto pioneiro no nosso País, ainda nenhum concelho do nosso País resolveu o problema das sucatas, e estou convencido que Leiria irá à frente na resolução deste problema, ainda demorará algum tempo como é óbvio, porque os instrumentos legais do planeamento não foram feitos só pela Câmara, têm que passar pelas instâncias superiores como o senhor sabe.

Em relação à questão da passagem desnivelada que foi fechada em Monte Redondo, pela REFER, eu quero aqui reafirmar que nem a Junta de Freguesia nem a Câmara, nunca deram

parecer favorável para o seu encerramento, isso foi manifestado à REFER, o que é certo é que a REFER invocou razões regulamentares, que a passagem de nível não cumpre com os requisitos necessários e regulamentares para estar aberta e portanto fechou-a, e aliás num dia e hora segundo parece, sem qualquer comunicado para esse efeito. Entretanto a Câmara de imediato, transmitiu por escrito o seu descontentamento pela situação, exigiu a reabertura dessa passagem e solicitou a marcação de uma reunião no local. A REFER já respondeu, a dizer que está disponível para essa reunião, e ainda não foi possível coordenar agendas, entre as pessoas da REFER e eu próprio e concerteza a Juntas de Freguesia, para que ela venha a ter efeito.

Para quando o fim das obras na zona histórica? Já aqui também tinha explicado, penso eu, que as obras na zona histórica são bastante complexas, tiveram algum arrastamento como sabem pela intempérie que se fez sentir no último Inverno, o que prejudicou largamente toda a intervenção, nomeadamente pela impossibilidade de se realizar a escavação arqueológica na Praça Rodrigues Lobo que era para ser feita, já não me recordo se um mês ou um mês e meio, acabou por demorar praticamente cinco meses, como sabe também já aqui foi dito, todas as ramificações que saem da Praça Rodrigues Lobo eram impossíveis de realizar sem estar feita toda a intervenção na Praça Rodrigues Lobo, só agora é que estão a continuar a ser feitos todos os trabalhos a nível técnico, e além disso, a própria exiguidade das vias dificulta digamos, a conclusão dos trabalhos.

De qualquer forma, os trabalhos estão a andar num ritmo bastante razoável, e aliás muitas zonas estão a ficar prontas, e tudo leva a crer que durante o Verão as obras fiquem concluídas, é óbvio que são estas obras que estão agora em curso porque para ser intervencionada toda a zona histórica, pois concerteza que demorará mais tempo com outras empreitadas que irão ser lançadas concerteza noutros anos.

Em relação ao concurso que foi anulado da Cruz D'Areia, isso já é uma coisa que faz parte dos arquivos mortos desta Câmara, porque isto já foi há mais de dois anos, não me consigo lembrar totalmente de todos os aspectos, poder-lhe-ei facultar a consulta do processo, de qualquer forma posso-lhe dizer que na altura havia uma discrepância entre o anúncio do concurso e o caderno de encargos, o que levava a que qualquer dos empreiteiros a que fosse adjudicada a obra, pudesse haver uma reclamação e isso colocaria em perigo a realização da obra. Por outro lado, houve também um problema técnico com a cota mínima de uma das pontes que atravessam o Rio Lis e que foi revisto em sede de projecto e ainda houve outra razão que tem a ver com o próprio estudo feito pela Universidade de Coimbra que optimizou também alguns pontos do traçado.

Em relação à rede viária da Maceira, o Sr. Presidente da Junta já explicou, o muro da Rua Padre António, a Sr.^a Presidente já deu o esclarecimento, as intervenções nas rotundas Sá Carneiro, Maringá, Total e MacDonald's, para já na rotunda da Av. N.Sr.^a de Fátima que designou

por MacDonald não está a haver nenhuma intervenção por parte da Câmara, o que está a acontecer é uma intervenção de arte, levada a efeito pelos Rotários, portanto é uma construção que está a ser feita por essa entidade com acordo da Câmara e penso que também já foi explicada por diversas vezes pela Sr.^a Presidente, até na comunicação social, houve problemas com a entrega dos azulejos, problema esse que já foi resolvido, e portanto, está em curso a obra. As outras obras estão a decorrer em bom ritmo, estão a ser construídos neste momento os passeios, portanto tudo leva a crer que sejam concluídas muito em breve.

A Ponte da Catraia tem neste momento todos os lancis e todas as infraestruturas colocadas, pode-se dizer que foi uma obra que atrasou porque é preciso explicar, não se tratou apenas de uma reparação de um talude que estava caído, portanto a Câmara quis ir mais longe, quis fazer encontros completamente novos, fazer prolongamentos todos novos em betão armado, colocar um novo tabuleiro na ponte. Ora bem, isso exigiu a colocação de estacaria a mais de doze metros de profundidade, talvez até quinze metros, isto feito em pleno Inverno, com as condições que toda a gente sabe, entretanto foi necessário rever toda a rede de infraestruturas que as várias entidades solicitaram, nomeadamente Serviços Municipalizados, TELECOM, etc, e isso foi feito com algum deslizamento no tempo. Neste momento a obra está praticamente concluída, e penso que em cerca duas semanas, já teremos um piso novo na ponte.

Em relação e penso que para terminar, ao facto de ter dito que noventa por cento dos projectos entregues na autarquia serem chumbados, isso para já é mentira como é óbvio, não sei aonde é que foi buscar essa estatística, também disse que provavelmente os técnicos serão muito incompetentes ou prepotentes, eu gostaria que me apontasse qual o técnico ou técnicos que considera incompetentes, quais os que foram prepotentes, e quais os processos que considera terem sido mal indeferidos pela Câmara para eu me poder pronunciar e preciso de exemplos para isso.

Por outro lado, queria informá-lo que hoje de manhã quando veio consultar um processo de um munícipe, e a funcionária terá perguntado qual seria o seu grau de relacionamento com o requerente e o senhor terá dito que não era representante mas que iria consultar o processo, na qualidade de membro da Assembleia Municipal, eu quero aqui lembrar-lhe, que para fazer consulta ao processo terá que fazer um requerimento ao Sr. Presidente da Mesa da Assembleia para poder ter essa autorização porque senão, se todos os membros da Assembleia quisessem consultar processos em simultâneo, o que seria daquela secretaria de obras. Portanto, é assim que deve ser feito, de forma correcta, para toda a gente.

PRESIDENTE DA MESA(LEONEL PONTES)

Muito obrigado Sr.Vereador, se não houvesse mais questões, ah! falta falar o Sr. Vereador Paulo Rabaça. Faça favor.

DR. PAULO RABAÇA(VEREADOR)

Muito boa noite a todos, duas explicações então, naquilo que me parece importante. Em relação ao Sr. Deputado Domingos Carvalho, a questão das taxas do estádio foram calculadas exactamente nesses pressupostos que disse e que estão escritos no documento, o que acontece hoje para se perceber qual é a diferença entre as taxas pagas e as despesas de manutenção são duas coisas fundamentais: primeira é que o estádio municipal não está a ser utilizado como é lógico na sua percentagem máxima, e portanto, não há taxas cobradas sobre todas as horas de utilização possíveis, e a segunda questão é que existem entidades que não pagam e portanto há entidades isentas que naturalmente não têm que fazer face ao pagamento de qualquer taxa.

As taxas são feitas por hora de utilização, o que significa que cada entidade pague exclusivamente as horas que utiliza e portanto, se não as utiliza todas, não haverá taxas sobre todas as horas que são possíveis de utilizar.

Em relação à questão da Leirisport e só uma achega aquilo que a Sr.^a Presidente disse e para o Sr. Deputado José Augusto Esteves, para ficar mais informado sobre esta questão, a Leirisport de acordo com o que está escrito, se a memória não me falhar, no Acordo Parassocial que aqui veio, tem 120 dias para apresentar ao accionistas, neste caso também à accionista Câmara, o Conselho de Administração tem 120 dias para apresenta o modelo de viabilidade da empresa. Não sobre a questão só do estádio, como foi dito mas sobre todas as outras infraestruturas que estão englobadas no seu âmbito e portanto, para ficar dentro destes pormenores, o Conselho de Administração tomou posse no dia 3 de Maio e portanto terá enfim, um prazo de 120 dias como está escrito, o que diz que de alguma forma até 3 de Agosto terá de ser apresentado, nós contamos apresentá-lo muito antes e portanto penso que daqui a poucas semanas isso estará aí e portanto, ficará só com essa nota de que a data limite será 3 de Agosto como está devidamente escrito.

Penso que não tenho mais nenhuma observação, muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA(LEONEL PONTES)

Muito obrigado Sr. Vereador.

Sr. Vereador Fernando Carvalho, faça favor de responder à questão em falta mas pedialhe que fosse breve.

ENG.º FERNANDO CARVALHO (VEREADOR)

Muito obrigado Sr. Presidente, era só para responder à questão colada pelo Sr. Deputado Góis Martins que por lapso não respondi.

Em relação à sugestão que o Sr. Deputado Góis Martins deu, sobre a colocação de pilaretes metálicos no cortejado dos passeios, isso vai ser seguido, está no projecto e vai ser feito de forma sequencial à medida que forem sendo libertas zonas de obras, isso está previsto no projecto. Em relação à capacidade da rotunda das portas da cidade, quero dizer que neste momento de facto ela está completamente saturada mas devemos entender aqui algumas razões, muito trânsito que deveria circular noutras vias e agora anda naquela via, não nos esqueçamos que o nó desnivelado do lado da Cruz D'Areia está fechado, a variante sul não está ainda aberta, portanto todo o traçado ascendente da Av. das Comunidades não é circulável, além de outras limitações que existem de circulação na zona histórica e com as obras no centro da cidade. Portanto, é natural que seja aquela a zona mais crítica, até porque a própria rotunda que está imediatamente a jusante, está também em obras, quando ela ficar liberta, mesmo assim, existe algum subdimensionamento porque reexistem razões de limitação física e portanto não é possível criar ali uma maior capacidade nessa rotunda. Haverá uma avaliação futura com a conclusão de todas as outras obras, nomeadamente intervenção no IC2, que fará depois dessa avaliação, com que hajam outras medidas de intervenção naquele local.

Em relação pó na cidade e às regas, eu posso-lhe dizer que todos os dias, ainda hoje à tarde assisti a duas regas, portanto, isso é feito quando existe esta temperatura que esteve por exemplo hoje, e passados cinco minutos está tudo seco, existe pó no ar. Portanto, é impossível que a todo o momento isso possa acontecer.

Em relação e é a última questão que colocou, tem a ver com aquele edifício que foi construído nas portas da cidade, eu quero dizer que é um projecto que vem do anterior executivo, não vou tecer considerações, uma viabilidade que vem já da anterior Câmara, mas se reparar bem o alinhamento desse edifício está ligeiramente para dentro dos edifícios da nova Leiria, está um pouco mais para dentro, estou-me a referir ao alinhamento da Av. das Comunidades, em relação ao outro alinhamento era o que estava estabelecido por deliberação de Câmara já do anterior executivo, mas quando for construído o resto da Av. 22 de Maio, a situação ficará bastante mais desafogada, neste momento não é possível digamos visualizar a solução, mas quando estiver concluída toda a avenida, a solução daquele edifício já não parecerá tão mal como parece agora. De qualquer forma era irreversível com deve calcular dado ser um projecto anterior e não está a ocupar a faixa de rodagem, porque se quiser consultar o processo e as cartas aerofotogramétricas, verificará aonde é que estavam os anteriores edifícios antes daquele.

PRESIDENTE DA MESA(LEONEL PONTES)

Muito obrigado Sr. Vereador.

Faça favor Sr. Vereador Paulo Rabaça, temos que ser céleres...

DR. PAULO RABAÇA(VEREADOR)

Muito obrigado Sr. Presidente, era só para fazer uma correcção. O prazo que há pouco falei não é até 3 de Agosto mas sim 3 de Setembro, já que são cento e vinte dias.

PRESIDENTE DA MESA(LEONEL PONTES)

Muito obrigado.

Ainda de acordo com o regimento, temos um período de apreciação de assuntos de interesse para o concelho que se costuma conjugar com o relatório da Câmara.

PONTO N.º 1 - RELATÓRIO DA CÂMARA SOBRE A ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO NO PERÍODO DE 23.04.01 a 21.06.01 E RELATÓRIO FINANCEIRO - Apreciação;

Quem se deseja inscrever?

Faça favor Sr. Deputado Américo Coelho.

DEPUTADO AMÉRICO COELHO(Presidente da Junta de Freguesia da Ortigosa)

Américo Coelho, Presidente da Junta de Ortigosa.

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Sr.^a Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, Srs. Deputados, Srs. Jornalistas, minhas senhoras e meus senhores.

Por motivos que me custaria aqui invocar, a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Ortigosa, a 4^a Secção destacada dos Bombeiros da Maceira, está a elaborar um processo para a criação do próprio corpo de bombeiros. Na sequência desse processo, o Comandante dos Bombeiros Voluntários de Leiria, emite o seu parecer e mais algumas considerações das quais deu conhecimento a esta Assembleia, assim como à Câmara e todos os Presidentes de Junta do concelho.

Sobre este tema, se me permite Sr. Presidente, gostaria de dizer à digníssima Assembleia o seguinte: a legislação existente sobre a gestão das secções destacadas dos bombeiros, está desajustada e omissa em muitos pontos, o que cria graves conflitos entre as associações. É perfeitamente natural que cada um queira mais para ele mas o que não é natural é uns ficarem com tudo e não darem nada aos outros. Perante estas situações de incompatibilidade entre as associações, quais as soluções? Existem duas hipóteses. Primeira hipótese fecha-se as portas às

secções destacadas, as populações que até aqui tinham equipamentos e meios humanos com prontidão ao minuto, passarão a ter essa prontidão à meia hora e com a agravante da Ortigosa e freguesias limítrofes ficarem situadas na 109, o que equivale dizer que cada vez mais trânsito implica mais demora para socorrer pessoas e bens, sabendo que nesta área, um minuto pode ser a diferença entre a vida e a morte. A segunda hipótese, é elaborar um processo para a criação do próprio corpo de bombeiros, como um grupo de pessoas da Ortigosa não quer fechar as portas porque o espírito dos bombeiros não é fugir à responsabilidade, aqui estamos de cabeça levantada, prontos para que em vez de fecharmos a porta, aquilo que alguns desejam, mas contra a sua vontade e com ou sem corpo de bombeiros, poderão de uma coisa ter a certeza, iremos fazer tudo o que estiver ao nosso alcance para melhorarmos todos os dias no sentido de desempenharmos cada vez melhor a nossa prestação de socorro.

Os Bombeiros da Ortigosa não vão entrar em polémica com ninguém sobre este assunto, porque as nossas energias têm que estar concentradas nas missões que nos são confiadas, não queremos protagonismos, não queremos conflitos, queremos com a maior das humildades, que nos deixem fazer aquilo que temos feito ao longo de dez anos que é socorrer e proteger de qualquer forma, vidas e bens. Ao contrário do que os senhores dos super corpos de bombeiros dizem, a criação do corpo de bombeiros da Ortigosa não altera rigorosamente nada na disposição dos bombeiros no concelho, senão vejamos: a 4ª secção destacada da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Maceira na Ortigosa, existe há dez anos, e passará a ter a designação de Corpo de Bombeiros da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Ortigosa; em substituição da 4ª secção destacada, passará a existir um Corpo de Bombeiros com comando, organizado, motivado, disciplinado e equipado e com formação para desempenhar exemplarmente as missões que lhe forem confiadas, coisas que não temos tido até aqui; somos contra os super corpos de bombeiros, porque na questão de socorrer pessoas os meios devem estar perto das populações e não concentrados em determinado local e não temos dúvidas, de que a relação custo/benefício é muito menor nos pequenos corpos do que nos grandes corpos de bombeiros.

Perante este factos, em que aspectos a criação do corpo de bombeiros da Ortigosa irá prejudicar a protecção de pessoas e bens neste concelho, não compreendemos, nós respondemos com toda a convicção que antes pelo contrário, só vemos vantagens em todos os seus capítulos e estamos abertos a discutir este assunto com as entidades responsáveis, partindo do pressuposto de que não aceitamos ficar na situação actual.

Para terminar, e porque o referido parecer falava que não é esta a altura ideal para discutir o assunto, por ser uma época pré-eleitoral, respondemos que os problemas relacionados com a protecção de pessoas e bens não tem período para se discutir, discute-se quando é necessário. Se

querem insinuar que lançámos o assunto nesta altura, para retirar dividendos políticos, respondemos aqueles que, há quatro anos não fizemos parte das listas do PPM, obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (LEONEL PONTES)

Muito obrigado Sr. Deputado.

Dava agora a palavra ao Sr. Deputado Domingos Carvalho, faça favor.

DEPUTADO DOMINGOS CARVALHO (CDS/PP)

Domingos Carvalho, CDS/Partido Popular.

Sr. Presidente, talvez abusando um bocadinho da sua tolerância, mas porque também entra neste esquema de ordem geral, eu gostava de aqui fazer algumas correcções, e começo por dizer, Sr. Vereador Paulo Rabaça, não vou sequer comentar a sua intervenção, porque não quero que possa ser interpretado como algum tipo de análise complicada, agora objectivamente, aquilo que nos disse acho que não esclareceu ninguém, porque é a antítese do que está escrito, o que está escrito é que, a taxa é feita com base nos custos e não com base na taxa de utilização ou seja, na carga de utilização, é o custo a dividir pelos utilizadores, isso é que é custo em função da utilização, não está aqui dito que é um custo à hora determinado em função da utilização, os custos foram calculados com base naquilo, mas eu objectivamente não quero entrar nessa guerra porque não é esse o meu ponto com toda a franqueza, fico é preocupado por ver que o PSD está preocupado com essa questão porque é realmente uma questão preocupante, há muitas empresas nesta cidade que pagam centenas de contos de renda, de aluguer, e de milhares por aquela área, e, há empresas que não pagam esses valores porque têm a contribuição de todos nós, o que não é correcto, na minha perspectiva não é correcto.

E isto, também para dizer ao Sr. Deputado José Augusto Esteves, que o Sr. Deputado cometeu aqui uma pequena incorrecção, eu tenho aqui a acta, e porque não foi o Sr. Deputado José Augusto Esteves que veio aqui dizer que não estava de acordo ou que pôs algumas dúvidas acabando por votar a favor. E, a acta diz que, aberto o ponto 2 a primeira pessoa a inscrever-se foi o Deputado Domingos Carvalho, que colocou dúvidas sobre a questão, está aqui o teor, nomeadamente aquela célebre questão de como é que seria, se era um só sócio, que nos colocava muitas dúvidas, o que levou objectivamente a uma declaração de voto em que, por solidariedade e não por convicção nós votávamos a favor, pedindo o esclarecimento, a participação, disponibilizando-nos para participar fosse para que fosse num projecto global de todos nós, não foi isso que aconteceu. Daí, a premência do que eu disse, não posso como é óbvio, deixar de notar que o Sr. Deputado José Augusto Esteves sendo do Partido Comunista, hoje seja uma pessoa tão contrária a aberturas profundas, ou seja, aquilo a que se chama uma pessoa do sistema. Devo-

lhe dizer o seguinte: eu não propugnei aqui a defesa do abandono do EURO, isso não é problema meu, eu dizia agora em off que, anteontem, o Sr. Prof. Dr. Miguel Bezeira e penso que aquele senhor que foi Ministro do Partido Socialista, não sei quê Mateus, penso que era ele, nomeadamente colocaram anteontem questões sobre a realização do EURO, porque nós estamos numa situação de crise profunda neste País, e há que cortar em algum lado. Agora eu, aquilo que me preocupa objectivamente aqui enquanto Deputado Municipal, é a saúde do meu concelho, não estou nada preocupado se o País vai desistir ou não vai desistir do EURO, com toda a franqueza não estou, devo dizer que não era escândalo nenhum e curiosamente a Espanha, que ainda agora aqui foi falado como que está à espera que nós possamos desistir para realizar o EURO, em 98 tinha os mundiais de ski marcados para a Serra Nevada, não havia condições, não tinham meios, foi desmarcado, não é crime nenhum, não morreu ninguém, dir-me-ão "ah mas o ski não é tão importante quanto o futebol..." mas é objectivamente assim. Agora, há uma questão que é importante que todos nós tenhamos em conta, se não me falha a memória, corrigir-me-á a Sr.^a Presidente que está dentro desta questão eo Sr. Vereador Paulo Rabaça, a exigência da UEFA é de seis estádios objectivamente para a realização do EURO, o que levará nomeadamente pelo que eu já vi, a que no caso de Leiria acabar por fazer esta obra, é para ter aqui dois ou três jogos. Ora bem, eu quando coloco esta questão não é uma proposta porque eu não a formalizei, porque isso é que achava que a Câmara pelo tempo porque eu estou sumamente preocupado com a quantidade, Sr.^a Presidente perfeitamente de acordo, antes de tempo? De facto todas as pessoas e são muitas que hoje falam do EURO, deviam ter tido a coragem que eu tive aqui, não foi só o Sr. Deputado José Augusto Esteves, eu também o fiz, Oh Sr. deputado eu gosto muito de ler as actas e foi isso que eu li, eu disse e o senhor também disse, e o senhor disse "Eu é que disse" portanto, quer dizer que o senhor é que disse e os outros não disseram, é por isso que eu lhe estava a colocar a crítica, bem veremos na próxima Assembleia. Na altura devida é que as coisas se colocam, objectivamente é assim, mas Sr.^a Presidente, 3,9 milhões de contos não são sete que poderão ser onze ou doze, mais, vamos admitir e isso pode acontecer porque o protocolo e já agora faço aqui um inciso na conversa, Sr.^a Presidente o EURO 2004 vem aqui, quando vem a Leirisport, porque foi aqui explícito e está expresso que um dos propósitos é fazer um novo estádio para o EURO 2004, portanto, de uma forma indirecta vem a questão do EURO 2004 a esta Assembleia como é óbvio, se vamos estudar a constituição de uma empresa para aquele fim, essa questão vem aqui, portanto a questão objectivamente do EURO veio de forma indirecta.

Agora Sr.^a Presidente, eu vejo tanta gente aclamar contra a localização que para mim neste momento para mim é um "fait divers", é política, eu não estou preocupado por política juro-lhe, estou preocupado por dinheiro, estou preocupado por custos, estou preocupado pelo futuro

deste concelho, estou preocupado com o saneamento básico. Eu sei que a Sr.^a Presidente me dirá "mas isto sai fora da capacidade de endividamento" claro que sai Sr.^a Presidente, mas tem que ser pago e preocupa-me que isso possa vir a onerar-nos , para haver três jogos e a minha dúvida e daí eu propor à Sr.^a Presidente que era de toda a curialidade , de toda a verticalidade colocar na voz do povo o dizer se sim ou não, as duas questões SAD e EURO 2004 Sr.^a Presidente, é muito simples, é porque a última instância que na minha opinião podia vir pôr em causa a remodelação do estádio, era o seu principal utilizador, a partir do momento e que eles, com uma nuance que eu acho giríssima e que há pouco não falei e creio não ter lido mal"... para isso já tendo pedido à Câmara a cedência do terreno...", creio que era assim que rezava a notícia, juro-lhe Sr.^a Presidente, creio que era assim que rezava a notícia, de facto esse recorte não o tenho aqui porque cheguei hoje a correr e não tive tempo mas dizia lá isso, e, eu penso agora, será que o que estavam a pedir era os terrenos do actual estádio? A questão pode-se colocar! E se calhar podemos ter aqui um negócio para fazer Sr.^a Presidente agora, 3,9 milhões de contos não são sete milhões de contos e a Sr.^a Presidente sabe tão bem como eu, que em Setembro quando vier a esta Assembleia para isso, provavelmente haverá a convocação de uma Assembleia, tenho noção de que o protocolo implicava isso. Sr.^a Presidente, a senhora sabe que o protocolo prevê a possibilidade dos sócios que estão nessa sociedade, custa-me dizer esta expressão porque aquilo não é nenhuma sociedade, porque não está formalizada, e se eles desistem? Pode acontecer verdade? Está previsto no protocolo, o que é que nós todos fazemos aqui? Olhamos? Dizemos "bem ..." , assobiamos? Vamos ao bolsito contar as moedas para fazer uma "Operação Coração"? Sr.^a Presidente, são essas as questões que me preocupam e mais que isso, tudo aquilo que eu estou aqui a dizer, não põe minimamente em risco o EURO 2004, que é um problema objectivamente para mi, do Governo que promoveu e apresentou a candidatura, foi o suporte, porque sem o apoio do Governo não era aceite a candidatura portuguesa, e o Sr. Ministro José Lello continua a dizer, " ...o que nós damos é o valor que está previsto relativamente ao tal contrato-programa inicial" que a Sr.^a Presidente aqui manifestou desconhecer, em termos de valor, soube depois da apresentação, soube depois da formalização. Portanto , há aqui um conjunto de incongruências, que me fazem lembrar às vezes, as pessoas que vão comprando, vão comprando, vão gastando, vão gastando, e chega a um momento do mês em que não há dinheiro para viver, e com muita franqueza meus amigos, eu acho que este é o problema com que nós nos temos de preocupar, com o nosso concelho e com a certeza de que há, termino já Sr. Presidente, há seis, só os dos clubes são quatro, o Sporting, o Boavista, o Benfica e o Porto, há Braga, há Aveiro, há Leiria , há Algarve e creio que há mais, mas eu não estive a fazer de memória e não sei se Setúbal tem se Coimbra , mas pelo menos estes têm . Portanto, há toda a possibilidade de que alguém racionalmente, com motivação objectiva e lógica,

porque aquilo que nos tem que mover, é sempre a racionalidade, uma das razões que pode ser invocada para a nulidade de qualquer negócio, para a sua formalização, é a alteração do preço, verdade ou não Sr. Presidente da Mesa da Assembleia pela sua experiência na actividade dos negócios, se há uma alteração profunda no valor base, é uma razão objectiva para que Leiria possa dizer "eu para 3,9 milhões de contos até estava disposto e tinha o apoio da minha Assembleia..." para 7 milhões já não estou, é que estaremos seguramente a falar de um valor igual ou muito próximo, se não superior, ao das receitas totais da Câmara Municipal de Leiria, no ano de 2000, isto é que nos deve preocupar. Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (LEONEL PONTES)

Muito obrigado Sr. Deputado.

Dava a palavra ao Sr. Deputado Alfredo Ferreira, faça favor.

DEPUTADO ALFREDO FERREIRA(PS)

Alfredo Ferreira, Partido Socialista.

Eu era só para fazer uma pequena intervenção de carácter político.

Excelentíssimo Sr. Presidente da Assembleia, Excelentíssima Sr.a Presidente da Câmara, caros colegas, Excelentíssimos Senhores Representantes dos Órgãos de Comunicação Social, Minhas Senhoras e Meus Senhores;

Qualquer pessoa com o mínimo de bom senso, rejeita tudo o que é de mais. E o nosso executivo camarário, tem-nos brindado há alguns meses a esta parte, com um conjunto de obras que como já... (**por motivos de falha de energia não ficou registada na íntegra a intervenção**)

Mesmo assim, faço os melhores votos que quem ganhar a Câmara a seguir, crie com o cidadão um bom projecto cultural para aquele espaço e que beneficie não só a cidade de Leiria mas também o concelho em gera.

2- O desnivelamento da Rotunda da Cruz D'Areia, é mais um caso das vistas curtas dos executivos do PSD, pois deveria ter sido feito aquando da obra inicial, que tem tão pouco tempo ainda, que até nem chegou ao seu fim.

3- Os acertos de algumas rotundas desde o Mercado no até às Olhalvas, que até foram consideradas por alguém com responsabilidade , como uma obra estruturante da cidade, infelizmente não passaram de uma conjuntura de aborrecimentos para os cidadãos em geral, devido à lama, ao pó e aos inconvenientes para o trânsito.

E por último, vêm as obras mais caóticas e demoradas que tem sido a modernização das infraestruturas de parte da zona histórica. Abriu-se tudo ao mesmo tempo, não se tapou atempadamente, em resumo, Leiria está um caos há oito meses a esta parte, com prejuízo para

todos em geral, e muito em especial para os moradores e comerciantes daquelas zonas. Ainda há pouco conversando ali com um camarada meu, ele punha o problema de que a sinalização especialmente para peões é quase inexistente e portanto há pessoas a cair naquelas zonas mais escuras de noite e a tropeçar em tudo quanto é obra mal utilizada. Como se isto não chegasse, fomos confrontados há pouco tempo com mais duas situações inqualificáveis. A maneira como o executivo começou a abordar os proprietários da zona histórica, e as notícias que têm vindo a lume sobre as ETAR'S das suiniculturas. Na primeira situação, não se entende porque é que o executivo não cria um gabinete multidisciplinar, desde o serviço social, passando pelo urbanismo, pela arquitectura, pela economia, pelo ambiente e pelos aspectos jurídicos, para não só desbravar terreno como a multiplicidade de casos, como também criar os suportes de justiça de civilidade e de democracia às decisões políticas, que for preciso tomar pelas decisões. Tem um Conselho Consultivo, tem novos normativos que facilitam, mas carece de vontade política. Quando era necessário criar condições objectivas para interessa não só os moradores como os moradores proprietários e comerciantes da zona histórica, mas também motivar e convencer parceiros que queiram ali instalar serviços e que achem que é uma mais valia estarem ali naquele sítio, só depois começar a trabalhar com cada um deles, consoante os seus interesses e as suas possibilidades porque, cada caso é um caso, mas julgo que todos eles se vão catalogar, salvo raras excepções em três categorias: os que têm disponibilidade económica para recuperarem os seus imóveis, será só o caso de perceberem o interesse disso, os que necessitarão de ajuda técnica e até de alguns créditos, e aqueles que necessitarão de solidariedade social. Mas se tem havido tanta solidariedade social nas zonas metropolitanas de Lisboa e do Porto, para resolver tantos problemas de realojamento das pessoas dos bairros da lata, também terá de haver solidariedade para com as pessoas das zonas históricas, onde se inclui Leiria. O que não se percebe, é a razão pela qual os proprietários escolhidos, receberam correspondência a intimá-los a fazerem obras ou então corriam o risco de serem expropriados. Não há projectos mais substantivos, não se conversa com as pessoas, coloca-se-lhes a espada ao peito, não nos parece correcto nem aceitável, isto para já não fazer juízos de valor de outra índole.

Para terminar, em relação às notícias que têm a opinião do Sr. Presidente da Junta dos Milagres e outras, preocupa-nos bastante, porque fomos nós Partido Socialista, e o Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Bidoeira no mandato anterior, que nesta tribuna chamámos a atenção para os riscos que tanto a parte económica como a parte social daquela zona das suiniculturas corria, se as ETAR'S não fossem correctamente colocadas e feito um ordenamento das mesmas suiniculturas. Passado pouco tempo, a ribeira dos Milagres está como está, e os problemas são mais que muitos. Esperemos que a Câmara Municipal através da empresa mista SIMLIS, tenha em

conta estes problemas, com soluções de futuro, e que não se gastem os milhões que muita gente enche a boca, e que não fiquemos outra vez só com os problemas com meras soluções de conjuntura. Tenho dito.

PRESIDENTE DA MESA (LEONEL PONTES)

Muito obrigado Sr. Deputado.

Dava a palavra ao Sr. Deputado Artur Francisco e pedia-lhe que fosse breve, bem como a todos os outros, porque esgotámos o nosso tempo, tínhamos uma hora e já estamos com duas horas.

DEPUTADO ARTUR FRANCISCO (Presidente da Junta de Freguesia de Maceira)

Artur Francisco, Junta de Maceira.

Tentarei ser breve, são só três coisinhas.

Queria pedir ao Sr. Vereador e à Sr.^a Presidente da Câmara, para mais uma vez usarem de toda a força possível junto de um problema que já foi chamado aqui nesta Assembleia e que é a passagem de nível na Estrada dos Guilhermes e que o façam mais uma vez junto da empresa de cimentos, porque a Junta está sem força para isso, já contactou várias vezes a empresa, e também junto dos caminhos de ferro. Qualquer dia há lá um desastre gravíssimo, uma catástrofe naquela zona e tem que se fazer qualquer coisa para resolver a situação.

Outro problema que queria também levantar era o seguinte. Em tempos o Sr. Vereador Castro falou aqui numa célebre casa da Maceira (li numa acta) e muito bem, depois vim a detectar que esse prevaricador a quem a Câmara embargou a obra passou (eu consultei o processo) e muito bem o processo de desobediência ao Tribunal, tem mais outra casa na Maceira que já é a segunda, também com processo de desobediência em Tribunal, e agora um barracão que está a fazer na zona de reserva da Maceira sem licença, também embargado pela Câmara com processos no Tribunal por desobediência, mas que a Câmara diz que não pode fazer nada e ele anda lá todos os dias com pedreiros. Mas o mais lamentável desta situação, é que ele tem luz eléctrica da EDP. Como é que a EDP não passa contadores a ninguém e aquele senhor dá-lhe um contador de obras sem licença? Portanto, o Sr. Vereador e a Sr.^a Presidente sabem quem é, devem perguntar aos senhores da EDP como é que aquele homem tem licença, está a construir numa zona de reserva, há um decreto-lei governamental e portanto há que tomar diligências sobre isso.

E queria também falar noutra assunto, serei breve, o Sr. Presidente da Junta da Ortigosa já falou nele, também gostava de me pronunciar porque estive muito ligado a isto, fiz parte dos Bombeiros da Maceira durante muitos anos e queria só dizer que estou também solidário com o Sr. de Presidente da Junta, e queria dizer mais: Quando a secção do corpo de bombeiros da

Ortigosa foi autorizada não havia a secção de Monte Redondo e portanto aquela parte do concelho com a secção de Ortigosa ficou salvaguardada. Depois o Sr. Comandante dos Bombeiros Voluntários de Leiria, mais tarde não sei porquê, passados dois anos consegue a de Monte Redondo, não estou contra isso mas aquela parte estava já protegida ao contrário da carta que ele escreveu à Assembleia Municipal e aos Presidentes da Junta, eu compreendo que a Assembleia Municipal não deve ter tido tempo de dar conhecimento deste ofício porque ele foi escrito recentemente e talvez por isso é que os Srs. Deputados não receberam este ofício, ele faz uma exposição larguíssima sobre esta situação quer à Assembleia quer aos Presidentes da Junta, quer ao CMB, quer às outras entidades, quer ao Sr. Governador Civil, mas esta exposição enferma aqui de erros grosseiros e um deles é esse, a secção da Ortigosa foi criada antes da de Monte Redondo, se há que criar outras secções, foi criada aquela e muito bem, a de Santa Catarina da Serra, e há que criar outras se calhar na zona das Colmeias, agora aquela não devia ter sido criada e ele é que a criou, mas pelo contrário o Sr. Comandante que justifica a criação do corpo de voluntários e justifica também as secções de Santa Catarina da Serra e de Monte Redondo de corpo de bombeiros tudo bem, é um problema que não colocamos em causa, mas o Sr. Comandante no seu parecer, quer menosprezar e menospreza a Ortigosa, eu gostaria que todos os Deputados enfim, lessem a carta, e eleva as outras secções porque não são do seu comando. Por outro lado, o Sr. Comandante diz que a secção da Ortigosa dispõe de quartel e equipamento rudimentar, isto é uma autêntica mentira, eu estive nos Bombeiros da Maceira quinze anos, por acaso tenho a medalha de bronze, prata e ouro da Liga, portanto sei o que se passou, eles têm equipamento mas no Inverno o equipamento de combate a incêndio vem para a Maceira e no Verão esse equipamento está na Ortigosa para não estar à intempérie, portanto eles estão bem dotados de equipamento, ao contrário daquilo que o Sr. Comandante diz. Quanto ao quartel, há uma senhora da zona que ofereceu terreno para o quartel, eles têm projecto, vão avançar com o projecto para o quartel e não tenho dúvidas que vão ser apoiados quer pela Junta quer pela população, lamento que o Sr. Comandante esteja a elevar uns só porque são secção do seu comando, em desfavor de outros que não são do seu comando, facto naturalmente que vai colocar em revolta todos os Bombeiros Voluntários da Ortigosa se tiverem acesso a esse parecer, que daqui louvo pela sua acção, em prol dos outros. Não me coloco em acções sub-operacionais porque isso não me diz respeito nem percebo nada disso, mas repudio vivamente algumas questões colocadas pelo Sr. Comandante, que ele foca aí nessa exposição. A secção da Ortigosa tem já uma associação administrativa, a quem a associação de Maceira apoiou, portanto tem uma associação formada em toda a parte administrativa que nós ajudámos, não tem ainda o comando mas isso é um problema que me ultrapassa. Essa independência foi concedida pela minha Direcção, na certeza de que só assim, as

populações são melhor servidas pelo voluntariado desses jovens soldados da paz, em que o concelho de Leiria felizmente é muito rico. Não sei se a Câmara e a Assembleia Municipal nos termos da lei terão de ser ouvidas para criação deste corpo, deixo no entanto no ar, o facto de ter que haver muito cuidado, em pareceres baseados na exposição do Sr. Comandante dos Bombeiros Voluntários de Leiria, que como disse, enferma de muitas inverdades. Tenho dito.

PRESIDENTE DA MESA (LEONEL PONTES)

Muito obrigado Sr. Deputado.

Dava agora a palavra ao Sr. Deputado José Augusto Esteves e apelava também à sua síntese se possível.

DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO ESTEVES (PCP)

O principal problema que me traz aqui é o seguinte: nós vamos entrar no último semestre antes de terminar o mandato, eu estive por exemplo a visitar o pavilhão lá em baixo na feira de Abril, nomeadamente a exposição do Município, e vi que há um conjunto de planos muito avançados, cartas de RAN, cartas de REN, propostas, um conjunto de coisas muito desenvolvidas. A questão que eu ponho é esta, há muito tempo que sinto, que era importante que esta Assembleia e particularmente no momento em que vai ter que no plano público o conjunto dos partidos, dar sinais a própria sociedade, vai ter que decidir sobre opções que se fazem e estão-se a fazer opções desde já, eu julgo que era importante que esta Assembleia decidisse que o PDM devia vir aqui antes de terminar o mandato, fazer uma avaliação do ponto da situação, quais são as principais opções que se estão a fazer e quais são as tendências nessas opções.

Eu gostaria que a população do concelho soubesse, o que é que cada uma das forças políticas pensa acerca das opções que se estão neste momento a fazer, penso que o Plano Geral de Urbanização também está numa fase já está bastante adiantada e há outros planos.

A proposta que aqui trago e para ser sintético, e julgo que é importante é no sentido de haver essa Assembleia Extraordinária, e a decisão que proponho em termos de considerandos é de propor ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal a colaboração com a Câmara Municipal, o agendamento de uma Assembleia Extraordinária com a presença da equipa do PDM e com o objectivo de fazer o ponto da situação na evolução dos trabalhos e das opções. E portanto, eu deixava na Mesa esta proposta.

Em relação ainda ao EURO 2004 e para que não fique esse estigma da situação, eu não tenho esse tipo de problemas, toda a gente sabe que eu fui sempre até da oposição, e da oposição, é assim: o Carvalhas, o Guterres, o Paulo Portas, o Sr. Durão Barroso, disseram que era um desígnio nacional, andaram a fazer propaganda para irem lá, ao Estádio Nacional, assumiram

como um desígnio nacional, eu não tenho lata para fazer aquilo que alguns fazem, não tenho, isso é que é indecente, assumam os compromissos, disseram que era um desígnio nacional, eu respeito particularmente a vontade daquilo que foi a do meu partido em termos nacionais, deu a cara por este projecto, não gosto de ver as tricas do bloco central, que em Aveiro quer um estádio remodelado porque a opção não está no novo, em Leiria porque não sei quê, o PSD porque está na oposição em relação ao Governo manda o Cavaco e manda outros dizer porque não sei quantos, isso é que não faz sentido, esse tricas de bloco central, e sabem mais? Na minha opinião, o que está por detrás disto verdadeiramente é apenas isto, é que de facto o que se está em preparação, é do apertar do cinto mas não é em relação aos gastos de algumas pessoas e alguns gastos se calhar que não são justos, é o apertar do cinto que está a fazer o apelo quando se convocam Ministros, ex-Ministros, e Ex-Ministros das Finanças do bloco central, que vêm dizer depois, é preciso cortar salários, é preciso cortar as funções sociais, não, o que se está a preparar o País é para fazer pagar aos mesmos de sempre, a situação de crise que temos, e então meus senhores, aquilo que eu disse aqui foi o seguinte: Fui eu o único, julgo, que disse o que aquele monstro do ponto de vista estético fere a minha sensibilidade e diga-me Sr.^a Presidente se ainda há possibilidades de encontrar outra solução? Ponto um, não sei se foi nestes termos mais ou menos mas foi isto. Não senti essa preocupação aqui, de ninguém, foi isso que eu quis dizer, pronto.

Ponto dois - Onde estão aqueles, eu não fui ao Governo Civil, nem andei a dizer nos jornais que queria o EURO 2004, onde estão aqueles que estiveram, que agarraram na bandeirinha, onde é que estão, nessa altura quando foi do Leirsport, quando viram que não tínhamos porque corríamos o risco de tomar uma decisão de ficar isolados, isto é, o Município teve de pagar uma solução, de um compromisso que assumiu e os outros puseram-se todos a andar. Eu também questioneei, onde é que estavam? Lembram-se perfeitamente disso, aparecem agora em certa altura, e eu também responsabilizo esse porque têm responsabilidades na cidade e portanto não vou nas tricas de bloco central, é muito giro discutir o EURO 2004 para esconder o resto, e além disso queria dizer o seguinte: é que eu estou de facto preocupado quando se avança e quando há bocado questioneei a Câmara e vejo que é para 3 de Setembro, estou de facto preocupado, porque se está a avançar com um projecto, e ainda não temos e por isso esta questão porquê? Porque há aqui uma questão essencial, é que ninguém fala nela, é um desígnio nacional não é? Assumimos isso, pelos menos assumiram os líderes de todos os partidos, Leiria não pode pagar sozinha os excessos, o Governo tem que se responsabilizar também pela derrapagem de uma Comissão e de um conjunto de responsabilidades que assumiu solidariamente com os outros, e isso ninguém fala. É que só se diz que agora Leiria é que acarreta, não, vamos acarretar também, vamos ver e é isso que eu quero ver quando vier o projecto, se vamos ficar sózinhos mantendo a

solidariedade nacional, ou se vamos ficar com os outros, eu quero saber também, o que é que o Governo aqui neste caso, vai resolver, porque era muito mau e é muito grave, que então não se resolvam os problemas que temos e ao mesmo tempo se gaste todo o dinheiro sem qualquer solidariedade, a solidariedade tem que ser de cima para baixo e de baixo para cima, num projecto que foi assumido.

Eu só queria dizer isto, que é para dizer que nós temos a nossa opinião acerca disto, eu peço muita desculpa mas não costumo dizer A numa altura e quando convém politicamente ou eleitoralmente B noutra altura e é isso que eu queria lembrar, é que sei respeitar as posições de princípio que assumimos. Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (LEONEL PONTES)

Muito obrigado Sr. Deputado.

Dava a palavra ao Sr. Deputado Domingos Neves e pedia-lhe também que fosse breve.

DEPUTADO DOMINGOS NEVES (Presidente da Junta de Freguesia de Santa Catarina da Serra)

Boa noite a todos.

É sobre os bombeiros, recebi uma carta do Sr. Comandante dos Bombeiros Voluntários de Leiria, a falar-me sobre a possibilidade de um requerimento que a Ortigosa teria feito para criar o corpo de bombeiros, mas depois, ele começa a falar e diz que a Ortigosa deve acabar, Santa Catarina é que tinha possibilidades de avançar, Monte Redondo também tinha possibilidades de avançar, e eu achei aquilo muito estranho. Eu hoje não trago nada preparado porque em Santa Catarina da Serra há os chamados Bombeiros da Serra, Associação de Bombeiros Voluntários de Santa Catarina da Serra, esses é que estudando conjuntamente com a Junta de Freguesia é que vão responder, e acho muito estranho ser um juiz a fazer justiça para a causa própria. Pronto, nós aqui é que somos os bons, os dos Marrazes, Santa Catarina da Serra fica lá para o lado da Serra D'Aire, Ortigosa está virada para o mar e o Monte Redondo, nós é que somos os bons, lamento muito aquela carta do Sr. Comandante dos Bombeiros Voluntários de Leiria, Santa Catarina da Serra, possivelmente tem mais bombeiros dos que os Marrazes, nós temos cinquenta e cinco bombeiros voluntários.

Portanto sou solidário ali com o Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Ortigosa.

Mas já que falaram aqui em mim hoje, houve para aqui umas coisas, a Junta de Freguesia de Santa Catarina da Serra e a Assembleia de Freguesia não quiseram fazer uma festa de sacristia, quiseram fazer uma festa política porque isto é política, por isso convidámos todos os senhores Presidente de Junta de Freguesia, de qualquer partido, convidámos todos os Srs. Vereadores da

Câmara Municipal de Leiria sem pôr nenhum de parte, convidámos todos os Srs. Presidentes das Comissões políticas de Leiria, o PS, o PS, o CDS/PP e o PCP, fui eu que escrevi as cartas, até porque nem foi o Partido Socialista, vi assim : Rua Machado dos Santos, foi o PP, Rua Machado dos Santos, bem eles lá se entendem, mas eu agora como não sou profissional de política, não tenho nada que saber se o Sr. Luís Pinto é o Presidente da Comissão Política, também não tenho nada que saber se o Deputado Augusto Esteves é o Presidente da Comissão Política se calhar ele até tem razão, não recebeu a carta, também nem sabia se o Deputado Cerqueira era o Presidente da Comissão Política do PP, só sabia era que o Deputado José António era o Presidente da Comissão Política do PSD porque eu vou lá. Mas a intenção não era fazer nenhuma festa da vila partidária e se alguém a quis fazer foi o Sr. Deputado Cerqueira, que se fazia acompanhar da sua candidata, a candidata da lista à Câmara Municipal de Leiria, esta é que é a verdade, muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (LEONEL PONTES)

Sr. Deputado Luís Pinto, faça favor.

DEPUTADO LUÍS PINTO (PS)

Luís Pinto, Partido Socialista.

Eu queria apresentar um protesto nesta Assembleia, pela forma como estão a decorrer as obras no centro histórico, não são respeitados minimamente, nem os peões, nem os comerciantes, nem os automobilistas. Todos os dias se encerram ruas, tornando o centro histórico num autêntico labirinto, sem haver uma única placa de sinalização a dizer " não pode transitar por aqui..." e há muitos carros que chegam a certo sítio e não têm por onde sair e inclusivamente alguns já tiveram que ser rebocados por terem caído em determinado tipo de buracos, demasiado grandes. Há ruas em que são levantados os paralelos e ficam durante o resto de tarde e noite completamente abertos e em montanha, não permitindo a ninguém circular por ali, nomeadamente durante a noite. Ontem mesmo, na Praça Rodrigues Lobo, os fios que servem de guia à colocação da calçada, estavam colocados pondo em risco as pessoas que por ali circulam, sem a mínima sinalização e a mínima necessidade de ficarem para o dia seguinte, é uma situação que se monta com relativa facilidade e em pouco tempo que não justifica passar-se de um dia para o outro nesse tipo de situação. Não estão colocadas placas que são devidas ao cidadão, de informação, de quanto tempo é que demora a obra, no sentido de o próprio cidadão poder fiscalizar aquilo que se trata, a única placa que existe nesse sentido, é a placa na rotunda junto ao mercado, em que diz que aquela nova fonte demoraria 120 dias, já lá vão mais de 200 e continua sem estar pronta. Há de facto uma falta e fiscalização e um desrespeito absoluto por aquilo que é de mais elementar em termos de regras, e por esse facto eu queria deixar aqui o meu protesto. Obrigado.

PRESIDENTE DA MESA(LEONEL PONTES)

Dava a palavra ao Sr. Laurindo Cordeiro e depois vamos entrar na ordem de trabalhos.

Sr. Deputado Cerqueira não lhe volto a dar a palavra, já interveio sobre este assunto diversas vezes, não há defesa da honra porque ninguém o atacou.

DEPUTADO LAURINDO CORDEIRO(Presidente da Junta de Freguesia da Carreira)

Boa noite, Laurindo Cordeiro, Presidente da Junta da Carreira.

Eu vou ser muito breve e é apenas para convidar todas as pessoas no Domingo, dia 1, para a festa de apresentação do brasão da Carreira. Eu servi-me aqui da lista que o meu colega de Santa Catarina da Serra me facultou para fazer o convite. Penso que se houve algum falhanço o culpado é ele porque eu segui-me pela lista dele portanto agora, faço publicamente o convite, para aqueles que receberam reforço, os que não receberam fica aqui o convite para todas as pessoas que estão aqui nesta Assembleia e para outros indivíduos que certamente devem comparecer, e eu tenho muito prazer nisso. Obrigado.

PRESIDENTE DA MESA(LEONEL PONTES)

Muito obrigado.

Ao Sr. Deputado Augusto Esteves, eu queria-lhe dizer que relativamente à proposta que apresentou, eu vou discutir isso com a Sr.^a Presidente, pela minha parte eu não vejo nenhum inconveniente que se faça uma Assembleia Extraordinária para tratar deste assunto mas, como disse, a Sr.^a Presidente depois terá a sua opinião.

A Sr.^a Presidente quer dar alguma resposta às questões que lhe foram colocadas? Faça favor.

PRESIDENTE DA CÂMARA(Dr.^a Isabel Damasceno Campos)

Algumas, vou tentar ser breve.

Oh Sr. Deputado Luís Pinto, aqui quem define as regras é o regimento e é conduzido esse regimento pelo Sr. Presidente da Mesa, penso eu que é assim e às vezes até tenho tristeza e devo confessar aqui entre aspas, mas tenho que dizer que estivemos aqui noutra dia o Dia da Criança, e vivemos aqui um dia importante, vieram aqui as criancinhas viver uma assembleia Municipal, o comportamento dessas criancinhas foi de adultos e de uma atenção enorme durante toda a Assembleia, e às vezes faz-me uma confusão tremenda, como é que verdadeiros Deputados Municipais têm esta atitude do entra e sai e faz e fala, quer dizer, acho que efectivamente tivemos aqui um bom exemplo de como se devem comportar os Srs. Deputados de uma Assembleia Municipal.

Portanto, se o Sr. Presidente me dá licença, isto aconteceu em todas as Assembleias, oh Sr. Deputado não é a mim que tem que me pedir, eu não estou a conduzir a Assembleia, se tem algumas dúvidas peça ao Sr. Presidente da Assembleia e não a mim!

Foram levantadas aqui questões algumas delas em complemento das intervenções anteriores que eu acho que é importante esclarecer.

Em às questões da Leirisport, eu queria novamente explicar ao Sr. Deputado Domingos Carvalho, que foi efectivamente no contexto da Leirisport e a única vez que estas questões foram levantadas, tendo havido orno a dizer, várias oportunidades de outras Assembleias para se poder ter levantado os problemas e para dizer que é completamente falso o pedido do terreno que vem hoje na comunicação social, completamente falso, mas enfim, os jornais dizem muitas verdades mas também de vez em quando dizem algumas inverdades.

Acho que há aqui um ponto importante e que também já referi que é o conhecer-se o projecto de viabilidade, é fundamental, e o projecto de viabilidade apesar de ter aquele prazo dos 120 dias está-se a envidar todos os esforços para que esteja pronto mais cedo, para se poder trazer efectivamente a esta Assembleia e já com dados concretos, e não como pressupostos de como é que vai funcionar todo o sistema de engenharia financeira para levar a efeito a obra naquela estimativa. Já expliquei isso, é isso que está a ser trabalhado, com o consórcio que em uma componente de consultadoria muito grande, quer do ponto de vista de viabilidade financeira que tem, por isso é que lá estão os parceiros financeiros, quer do ponto de vista de viabilidade do próprio equipamento e sobretudo a sua utilização futura naquele pressuposto de que este equipamento não vai ser usado sempre na sua totalidade para desafios de futebol e, portanto, tem que ser rentabilizado noutras componentes e é exactamente estes pressupostos as bases de raciocínio do projecto de viabilidade e isso é , uma peça fundamental para em consciência todos estarmos a perceber do que é que estamos a falar e como é que ele se sustenta a si próprio, até pode acontecer isso.

A segunda questão, só algumas referências relativamente às observações feitas pelo Sr. Deputado Alfredo Ferreira. Eu queria só esclarecer, porque eu acho que ele fez aqui algumas observações que derivam de algum desconhecimento do funcionamento ou de que não ouviu em devida altura aqui alguns esclarecimentos por mim própria nesta Assembleia.

A questão do funcionamento do centro histórico. Existe um gabinete no centro histórico, que é um gabinete pluridisciplinar, onde estão desde arquitectos, engenheiros, sociólogas, assistentes sociais, e tem portanto um conjunto de pessoas que têm efectivamente esta missão de analisar as situações, em sintonia com tudo o que está a ser feito pelo gabinete que ganhou a elaboração do Plano de Salvaguarda do Centro Histórico. E, foi na sequência desta sintonia de

trabalho, que surgiu uma primeira caracterização, que aliás foi trazida aqui, eu acho que esta questão do centro histórico nunca foi tão discutida e só lamento, é que muita gente com grandes responsabilidades políticas, não tivesse mais cedo trazido a esta Assembleia ou à Câmara, porque tiveram oportunidades para isso, alguns deles que agora muito falam e que na altura tinham responsabilidades até na própria autarquia, não tivessem trazido objectivos concretos de salvaguarda do centro histórico no passado, porque o que nós estamos a fazer em Leiria, é com um atraso relativamente a outras cidades que têm os centros históricos perfeitamente recuperados, estamos com um atraso de vinte a vinte e cinco anos, portanto o que nós estamos a tentar fazer, é recuperar num espaço de tempo condensado, aquilo que deveria ter sido feito muito mais para trás e que devia ter sido proposto nesta Assembleia, na Câmara, etc, etc, algumas entidades cívicas, muito raras excepções, é que falavam no centro histórico, e o centro histórico chegou ao estado que chegou. Agora, há objectiva vontade política de recuperar o centro histórico, e não pode ser mais demonstrada do que aquilo que está a ser feito, o Plano de Salvaguarda do centro histórico que está a ser elaborado começou precisamente por caracterizar o estado, a situação em que se encontravam um número significativo de imóveis precisamente pelos anos que ali se estiveram a degradar sem ninguém obrigar ninguém a fazer nada. A verdade é que , foram identificados esses imóveis e esse imóveis foram os primeiros a ser notificados, por uma questão de exemplo e tendo em conta a componente social e a componente económica dos próprios proprietários, não foi de ânimo leve, que se escolheu em sintonia com a caracterização do estado de degradação, que se escolheu um primeiro leque de seis edifícios, que foram notificados, dentro daqueles termos que o senhor referiu, e esses termos foram de tal maneira eficazes que cem por cento responderam, se calhar se nós estivéssemos com conversas até porque todos sabemos que com diálogo e vamos falar e vamos reunir e vamos marcar, se calhar andávamos todos neste momento à espera que nos respondessem, e neste caso houve um sucesso de cem por cento das cartas enviadas, todas as pessoas responderam a dizer o que efectivamente têm intenção de ser feito, e portanto agora há condições objectivas se nós exigirmos os passos seguintes, mas não foram escolhas arbitrárias, nós não mandámos nenhuma carta a nenhuns desgraçadinhos, coitados, cheios de dificuldades, que os há lá muito naturalmente, e que têm que ter outro tipo de apoios e que estão a ser estudados, isto foram escolhas, eu disse isto aqui numa Assembleia, para exemplo, porque é importante, nós sabemos que há muitas situações no centro histórico que estão a degradar-se há muitos anos, em que os proprietários têm todas as condições económicas para os recuperar, não o fizeram porque estavam à espera de especulação e é isto que temos de contrariar, não tenha a mínima dúvida. Portanto, a escolha não foi arbitrária, houve uma escolha criteriosa, com cartas enviadas que produziram um sucesso de cem por cento.

Relativamente à questão do Mercado de Santana. O Mercado de Santana, toda a gente sabe que é um processo complexo, que a primeira coisa que esta Câmara fez, foi encontrar parceiros para financiamento deste projecto que penso que ninguém questiona, a não ser que agora andemos todos os dias a questionar coisas que foram decididas, penso que não é este o caso, que o Mercado de Santana tinha que ser recuperado, é obrigatório para a cidade e para os responsáveis, mais um que se deixou degradar, e que também ninguém levantou o dedo a dizer "façam favor de o recuperar...", a verdade é que o Mercado de Santana estava praticamente em ruínas, a estragar-se muito, e houve necessidade de encontrar parceiros para se financiar, faz-se uma candidatura, e encontrou-se um programa do Governo que nos veio participar em quase metade daquilo que irá custar a reparação do Mercado de Santana. O processo é um projecto delicado, precisamente porque se tentou e está a conseguir-se, manter a traça, com uma grande complexidade, portanto tem o seu tempo, mas fique descansado Sr. Deputado, que ele não é inaugurado antes das eleições, o povo não precisa de festas para saber quem é que se empenha, portanto ele lá está a ser feito no seu ritmo, para que na devida altura ele esteja aberto à população.

Relativamente à questão da ETAR das suiniculturas, volto a dizer que este caso é um projecto global, visto de uma forma integrada e não saneamento doméstico por um lado e suiniculturas por outro, toda a gente sabe que aquelas suiniculturas que foram feitas, não têm qualquer viabilidade técnica, nenhuma, nem gastando rios de dinheiro para as conservar, porque elas estão mal concebidas e portanto não têm qualquer resultado prático. O problema das suiniculturas tinha que ser resolvido no contexto global e no contexto global assim foi pensado e este projecto foi aprovado precisamente já neste mandato, com fundo de coesão aprovado portanto fundos comunitários, numa perspectiva de resolução global, as suiniculturas vão ter um tratamento primário, um tratamento secundário, e depois vão ser incluídas nos esgotos domésticos para serem levadas às ETAR'S normais. E portanto, esse problema enquanto não for resolvido e como sabe está a ser resolvido no âmbito da SIMLIS, conforme referiu, que é uma empresa que foi criada para este objectivo concreto, em sociedade com as Câmaras da Associação de Municípios e com o I.P. -Águas de Portugal, portanto está naturalmente no ritmo normal de recuperar aquilo que devia ter sido pensado muito antes porque nem o projecto estava consolidado do ponto de vista técnico, com esta solução global, e nem sequer havia financiamento, neste momento felizmente, temos garantido o financiamento na globalidade do projecto pelo Fundo de Coesão, primeira fase no II Quadro e outra fase no III Quadro Comunitário e que já está aprovado.

Relativamente à questão levantada pelo Deputado Artur Francisco, vou dar só um esclarecimento. O embargo é comunicado à EDP e portanto vamos saber porque é que a EDP não actuou, porque sempre que há um acto de embargo, há uma comunicação quer aos SMAS quer à

EDP para precisamente fazerem o corte de água e luz para não continuarem a obra, interessa que o senhor identifique o caso concreto para se saber o que é que se passou.

Relativamente à questão que o senhor também levantou da Estrada dos Guilhermes, posso-lhe dizer que essa assunto já foi trazido a reunião de Câmara pelo Vereador Dr. José Alves que, naturalmente levantou a questão da passagem de nível e estamos já a entrar em contacto quer com a própria cimenteira quer com a CP para se resolver aquele problema.

DEPUTADO ALFREDO FERREIRA(PS)

Eu não quero defender a honra, só queria lembra à Sr.^a Presidente, que os tais quinze a vinte anos que ela fala de atraso foram de executivos do PSD, primeira coisa. Segunda coisa, o tal gabinete, se existe ,não se vê e não me parece que seja com cartas daquele teor, que se avance numa zona que precisa da tal recuperação dos tais anos passados. Em relação ao Mercado de Santana, eu também acho que está muito bem recuperado, que é uma belíssima obra, o que eu falei foi nos atrasos que ela tem levado e que já podia estar pronta.

PRESIDENTE DA MESA(LEONEL PONTES)

Sr. Deputado Cerqueira, dou-lhe apenas meio segundo, faça favor.

DEPUTADO JOSÉ MANUEL CERQUEIRA(CDS/PP)

É para defesa da honra e o Sr. Presidente tem que fazer o favor de respeitar o Regimento. Eu tenho direito na defesa da honra de vir aqui em esclarecimento ao que o Sr. Presidente da Junta de Santa Catarina disse. O que se passa aqui não é uma questão de convite ou não convite, o senhor convidou e muito bem, só tinha essa obrigação, então será que os partidos da oposição não têm também direito de olhar pelos interesses da população deste concelho? Ficou-lhe muito bem e se fui acompanhado pela Sr.^a Eng.^a Isabel Gonçalves, candidata independente pelo CDS/PP às próximas eleições autárquicas, fui muito bem acompanhado, era o que faltava Sr. Presidente era que eu agora não me fizesse acompanhar por quem quer e me apetece, porque no dia em que feui convidado para uma outra festa qualquer e o senhor quiser ir comigo e eu tiver vontade de o convidar, naturalmente que vai, agora, o que se passa aqui para terminar Sr. Presidente, e muito obrigado mas eu tinha que esclarecer isto, foi a derrapagem no discurso, em especial do Sr. Presidente desta Assembleia, foi pura política, e isso é que foi deselegante, depois não querem que eu fale aqui em deselegâncias. Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA(LEONEL PONTES)

Muito obrigado Sr. Deputado.

Relativamente à proposta apresentada pelo Deputado José Augusto Esteves, eu mesmo e a Sr.^a Presidente, assumimos o compromisso de que de facto se agendasse esta Assembleia. Todavia, os senhores responsáveis das bancadas políticas, estão a dizer que a proposta deve ser votada. Pronto, ainda assim, eu não vejo nenhum inconveniente em se agendar esta Assembleia mas, querem votar a proposta portanto, irei colocá-la à votação.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

Está aprovada por unanimidade

E assim entrámos na ordem do dia.

PONTO N.º 1 - RELATÓRIO DA CÂMARA SOBRE A ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO NO PERÍODO DE 23.04.01 a 21.06.01 E RELATÓRIO FINANCEIRO - Apreciação;

Alguém se deseja inscrever ? Não.

PONTO N.º 2 - QUADRO DE PESSOAL - APLICAÇÃO DO DECRETO-LEI N.º 141/2001, DE 24 DE ABRIL - Para conhecimento;

Há alguma questão? Não

Foi tomado conhecimento.

PONTO N.º 3 - EMPRÉSTIMO DE MÉDIO E LONGO PRAZO - PROPOSTA DE CONTRACÇÃO - 871.500 CONTOS - CML. - Apreciação, discussão e votação;

Quem se deseja inscrever? O Deputado Luís Pinto?

Faça favor.

DEPUTADO LUÍS PINTO (PS)

Luís Pinto, do Partido Socialista.

Nem de propósito, depois daquela iniciativa de puxão de orelhas por parte da Sr.^a Presidente, acaba por fazer parar a Assembleia numa atitude de grande desrespeito e diz o povo, "Morre o peixe pela boca". O Partido Socialista, pela primeira vez, em muitos mandatos vai votar contra o pedido de empréstimo pela Câmara. Noutras circunstâncias eu próprio, quer no actual quer em anteriores mandatos, sempre incentivei os vários executivos de maioria PSD a contrair empréstimos, para se resolver determinado tipo de problemas estruturais que existiam no concelho. Não podemos aceitar e não vamos aprovar pela primeira vez este pedido de empréstimo, porque se trata de um empréstimo simplesmente eleitoralista, em que se pretende pagar obras que deviam ter sido concretizadas e geridas de acordo com os recursos financeiros existentes na Câmara, ao longo do mandato, e se concentrou em final de mandato obras que antes deviam ter sido realizadas, com dinheiros correntes, devido a um estrondoso aumento das despesas, a Câmara acaba por ter que recorrer para cumprir compromissos eleitorais a um empréstimo para reparar estradas que dentro de três ou quatro anos ficarão na mesma, um empréstimo a pagar em vinte anos, um empréstimo no fundo para filhos e netos virem a pagar por uma despesa corrente. Faria sentido e faz sentido pedir empréstimos para obras extraordinárias ao nível das infraestruturas e que ajudem a melhorar este concelho em termos estruturais, dando qualidade de vida aos seus habitantes. Não podemos colocar gerações vindouras, a pagar erros de gestão da parte deste executivo, por isso, o nosso voto contra este pedido de empréstimo.

PRESIDENTE DA MESA(LEONEL PONTES)

Muito obrigado Sr. Deputado.

Sr. Deputado Domingos Carvalho, faça favor.

DEPUTADO DOMINGOS CARVALHO(CDS/PP)

Domingos Carvalho, CDS/Partido Popular.

Sr. Presidente uma pequena nota prévia, enquanto membro da bancada do Partido Popular e que tem a ver com o seguinte: Tive após uma pequena diatribe que tivemos há tempos oportunidade de constatar que o Sr. Presidente é uma pessoa cordata e com a qual vale a pena dialogar, razão pela qual, não tenho qualquer reboço em dizer ao Sr. Presidente que a atitude que teve com o Presidente da Comissão Política concelhia do CDS/Partido Popular não foi a mais correcta porque efectivamente o Sr. Presidente de Santa Catarina da Serra, pôs uma afirmação que ele próprio colocou, fez uma festa política e ele tinha legitimidade para isso, e coloca em causa a legitimidade do Presidente da Comissão Política de um partido de fazer política, há aqui um contra-senso ou então, não estamos no regime que eu penso. Penso que o Sr. Presidente enquanto garante o funcionamento desta Assembleia, deveria V.Exa ter intervindo imediatamente,

no sentido de que é um direito legítimo e inalienável de um Presidente de uma Comissão Política concelhia, fazer política, é para isso que foi eleito e é isso que deve fazer, peço desculpa pelo comentário.

Aproveito ainda Sr. Presidente, ainda em relação ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Santa Catarina da Serra, e na ausência da intervenção do Presidente da Junta de Freguesia e da Assembleia de Freguesia da minha freguesia, da freguesia onde nasci e onde resido, estou completamente à margem do que se passa nos bombeiros, mas devo-lhe dizer que, a freguesia de Marrazes, freguesia que tem muito menos autóctones ou seja pessoas lá nascidas do que pessoas que para lá foram viver, há gente boa, gente má, uns nem tanto outros mais ou menos, como em todos os lados. Não acredito, porque acho que o Sr. Comandante dos Bombeiros Voluntários de Leiria nos Marrazes, seja de Marrazes, creio que o senhor é da Guarda ou de Castelo Branco ao que sei, vive aqui e se tem a mania que é bom, então será um problema das gentes da serra, da serra naquele caso não a sua serra, a Serra da Estrela, agora generalizar isso, peço desculpa mas não está correcto.

Foi um ponto prévio, peço desculpa.

Sr.^a Presidente, em 1999, 28 de Junho, veio a esta Assembleia a aprovação de um outro empréstimo de um montante muito próximo do actual. Na altura colocava à Sr.^a Presidente a minha preocupação face à capacidade global de endividamento e ao serviço da dívida, a Sr.^a Presidente respondeu ao tempo que, com a contracção daquele empréstimo sobrava uma capacidade disponível de um milhão e meio contos, mas valor calculado à data, amanhã será diferente. O amanhã é hoje, portanto gostaria que a Sr.^a Presidente pudesse indicar-nos qual é neste momento a capacidade de endividamento da Câmara Municipal de Leiria, que é uma questão relevante nesta matéria.

A outra opção que me parece relevante porque acontece a toda a gente quando contrai um empréstimo a longo prazo, nomeadamente para o financiamento de habitação própria, é saber qual é o valor que vai pagar em escudos, quanto é que me vai custar em escudos. Essa informação, tanto quanto eu pude observar na informação a que me chegou agora no início desta semana, tresli-a, não tive possibilidade de ler, parece-me que continua sem informar o valor do custo trimestral da prestação a liquidar, mas acho que seria importante que pudéssemos ter essa informação porque, é um parâmetro também importante.

Por último, acho que há um ditado popular que diz "bem prega Frei Tomás". Há pouco tempo ouvi o Presidente do Partido Social Democrata, Dr. Durão Barroso, propugnar contra a contracção de empréstimos a longo prazo, nomeadamente no processo dos Leasings, etc, para os submarinos etc. É curioso, não deixa de ser curioso haver esta situação, dois pesos e duas

medidas, coisa que eu já alguma vezes aqui tentei colocar em questão. É fundamental em política, que tentemos ser coerentes, mas eu não o digo por se oposição e não ter a obrigação de exercer política, de exercer o governo do que quer que seja, é muito mais porque acho que deve ser quem tem o dever de exercer o poder, que deve ser coerente e é por isso que a esta questão acho graça, "bem prega Frei Tomás". Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA(LEONEL PONTES)

Muito obrigado.

Não havendo mais inscrições, dava a palavra à Sr.a Presidente.

Tinha pedido a palavra Sr. Deputado Esteves? Faça favor, não ouvi pedir.

DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO ESTEVES(PCP)

Não tem que ouvir tudo e por isso é que nós temos também que dizer aqui alguma coisa porque é necessário que nos ouçam, que nos ouçam particularmente no momento em que julgo que um pedido de empréstimos de um milhão de contos, a seis meses de eleições, eu não ponho questões legais, eu não ponho questões em termos da própria opção do longo prazo, da capacidade de endividamento, nós temos também que começar a ter em atenção, estava lá no papel 156 mil contos, acho que também precisamos de encontrar aqui equilíbrios, particularmente quando as opções que se fazem no último ano, mas o que eu quero dizer é assim: Acho que não fica bem e a demarcação é política, não é tanto a questão legal nem a questão técnica, não fica bem pedir autorização para contrair empréstimo de um milhão de contos, a seis meses das eleições, não fica bem, e certamente que o PSD, fica numa situação de vantagem em relação aos outros partidos. É evidente que estava no plano, mas nós votámos contra, e votámos contra exactamente também porque prevíamos que muitos dos aspectos que aliás se falava de algum empolamento, tinham a ver com a utilização que não é a primeira vez que o PSD faz isso, sistematicamente no último ano, o Sr. Deputado José António quando vier aqui vai tentar debater isto, mas eu lembro-me que era sempre assim. Bem, é melhor mudar de tática, e que não é justo colocarem as coisas neste pé, neste momento, a seis meses das eleições.

PRESIDENTE DA MESA(LEONEL PONTES)

Muito obrigado Sr. Deputado.

Dava a palavra ao Sr. Deputado José António Silva.

DEPUTADO JOSÉ ANTÓNIO SILVA (PPD/PSD)

José António, PSD.

Eu venho aqui dizer que o PSD vai votar favoravelmente este pedido de empréstimo, e vota-o porque a nossa política é uma política de coerência, nós somos coerentes, com as decisões e as deliberações tomadas nesta Assembleia, não só por nós, como quando nós as tomamos e outros partidos se associam ou nós nos associamos a eles, pois somos coerentes. Disse o Sr. Deputado José Augusto, que de facto estas obras constam do plano e é verdade, se constam do plano tinham que ser feitas, o senhor votou contra mas nós votámos favoravelmente, portanto, temos agora é que as pagar, nós vamos pagá-las, e tem graça que o próprio Partido Socialista também votou favoravelmente a realização destas obras, porque votou os protocolos que se fizeram com as Juntas de Freguesia, e estas obras, dizem respeito precisamente a esse protocolos, estas obras dizem respeito às obras que foram feitas nas Juntas de Freguesia do PSD e do PS, referente aos protocolos que os senhores aqui votaram. Portanto, se eu sei que os senhores quando é para fazer votam e depois para pagar não gostam de pagar, isso já acontece e são as normas que vêm do Governo central, pagar também não é com eles, mas aqui nós, assumimos os compromissos, não temos dinheiro, vamos pedi-lo, e somos coerentes e damos a nossa solidariedade política e a nossa cobertura política à Câmara e ao executivo, para efectivamente fazer esse empréstimo. O PSD vai votar favoravelmente, porque quer que os Presidentes de Junta, quer do PSD quer do PS, façam as obras que entendem e que acham prioritárias para as suas freguesias. Obrigado.

PRESIDENTE DA MESA(LEONEL PONTES)

Faça favor Sr. Deputado Carvalho.

DEPUTADO DOMINGOS CARVALHO(CDS/PP)

Oh Sr. Presidente, peço imensa desculpa mas o Sr. Deputado José António de facto, não é defesa de honra, é apenas uma questão. O Deputado José António referiu que votava o PSD a favor porque é coerente. E então, porque me tinha esquecido e essa da coerência ficou-me e a Sr. Presidente vai dar-me essa possibilidade.

Sr.^a Presidente, vou citar a tal acta, de 1999: diz a Sr.^a Presidente na resposta à minha questão "...o senhor não conhece a realidade da maior parte das Câmaras do País, tem sessenta ou setenta por cento de plafond esgotado e é preciso que se note que há aqui uma questão de fundo importantíssima, que é para as pessoas terem noção do ponto de vista de receitas. O primeiro semestre da gestão autárquica não tem receitas, isto é, as únicas receitas possíveis é a receita corrente normal que dá para sustentar as despesas correntes, e que dá numa Câmara como a de Leiria, porque há muitas Câmaras no país que não têm sequer dinheiro para pagar aos trabalhadores no primeiro semestre, precisamente porque todos os impostos só têm incidência a

partir do segundo semestre, a partir do segundo semestre é que vem a contribuição autárquica, o imposto sobre veículos, a derrama, a prestação da contribuição autárquica ou seja, no primeiro semestre ou se pára ou não se faz nada porque numa Câmara pequena e razoável é possível numa Câmara grande é impossível...", nós estamos a aprovar um empréstimo que vai terem vigor no segundo semestre. É evidente que essa é a resposta óbvia porque o Sr. Deputado o disse, mas coerência também eu a refiro aqui, porque eu não pus aqui em causa quando falei essa situação, gostaria de a ter posto, esqueci-me mas o facto, e reconheço, humildemente reconheço, não me custa nada. Agora o facto relevante da questão é que a Câmara tem também que ser coerente como todos nós, portanto deveria junto com isso, ter previsto um empréstimo com uma tal dilatação de prazo de pagamento. Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA(LEONEL PONTES)

Muito obrigado.

Sr. Deputado Luís Pinto faça favor, pedia-lhe que fosse breve porque já interveio acerca deste assunto.

DEPUTADO LUÍS PINTO(PS)

Luís Pinto, Partido Socialista.

Sr. Deputado, membro da Assembleia Municipal, nem sei bem como lhe hei-de chamar, não nos atire areia para os olhos, é que o senhor só mostra que não percebe nada disto. É que é preciso lembrar-lhe, quando foi aqui presente o Plano de Actividades e Orçamento para 2001, o Partido Socialista disse e está escrito, que se tratava de um plano não concretizável, com verbas empoladas, e foram os senhores, e sobretudo a Sr.^a Presidente da Câmara que disse aqui que não, que tinha havido problemas em 2000, devido a uma série de conjunturas, em que não se tinha conseguido receber um conjunto de verbas mas que em 2001 estava tudo resolvido e portanto que se tratava de um orçamento e de um plano perfeitamente exequível. Não tendo sido previsto nessa altura qualquer empréstimo, só mostra que em primeiro lugar nós tínhamos razão, em segundo lugar que mais uma vez a Câmara não conseguiu cumprir a quilo que ela própria se propôs, não há um conjunto de prioridades, definidas, no caso de haver ou não haver dinheiro nunca ninguém sabe o que é feito ou deixa de fazer, qual é a freguesia ou qual é a obra que tem ou não tem prioridades, isso nunca foi feito e nós temos denunciado isso em todas as discussões dos planos e orçamentos, e ao surgir um pedido de empréstimo para este tipo de obras, só o podemos considerar eleitoralista porque nos vem dar razão, pela forma como a Câmara tem sido mal gerida, uma Câmara despesista, uma Câmara que não investindo nas estradas ao longo dos quatro anos e que necessita agora devido ao eleitoralismo, de considerar esse tipo de obras, isto é que é preciso

dizer. E portanto, o que aprovámos e tudo aquilo que ficou escrito e dito em relação à Assembleia que propôs e aprovou e os que votaram a favor e os que votaram contra este plano e orçamento, não estava lá previsto nenhum pedido de empréstimo. Portanto, só vem dar razão a todas as críticas que então fizemos. Obrigado.

PRESIDENTE DA MESA(LEONEL PONTES)

Obrigado.

Deputado Paulo Pedro prescinde da palavra? Não?

Faça favor.

DEPUTADO PAULO PEDRO(Presidente da Junta de Freguesia do Coimbrão)

Paulo Pedro, Presidente da Junta de Freguesia do Coimbrão, Partido Socialista.

Independentemente de concordar com a legitimidade e necessidade de muitas das obras inscritas nos documentos que acompanharam o empréstimo, eu vou votar contra o empréstimo, claramente por uma razão lógica. É efectivamente um empréstimo feito a seis meses das eleições, para pagar num período muito longo e, feito sobretudo numa altura em que se olharmos para a evolução da despesa que nos foi dada hoje, nós vimos que esta Câmara tem aumentado em muito a despesa por exemplo com pessoal. Só neste período de cinco meses já vamos em 737 mil contos e com um aumento relativamente ao ano passado de 15,7%, e ainda só estamos a menos de meio ano e com este pessoal todo ainda temos um aumento muito grande da rubrica de aquisição de serviços. É neste aspecto que eu acho, que se podiam fazer economias, e é neste aspecto que eu acho, que não estamos a cumprir o plano, por isso mesmo e independentemente de reconhecer legitimidade a muitas das obras que estão inscritas nesta listagem, eu quanto a mim desde já digo, se não for possível fazer as minhas obras que aqui estão inscritas eu não as faço, eu assumo a responsabilidade, mas reconheço que efectivamente este empréstimo vem fora de tempo, com cheiro a eleitoralista.

PRESIDENTE DA MESA(LEONEL PONTES)

Muito obrigado.

Sr. Deputado Virgílio David. É a última inscrição acerca deste ponto, dava a palavra a seguir à Sr.^a Presidente.

DEPUTADO VIRGÍLIO DAVID(PS)

Na sequência do que disse o meu colega Paulo Pedro, parece-me também um pouco descabido o prazo em que o empréstimo é feito, cerca de vinte anos. E parece-me que isso em termos de gestão, não é assim uma coisa muito benéfica porque se todos os Presidentes

começarem a fazer empréstimos a vinte anos, daqui a dez anos quem para lá for, vai ter dificuldades em gerir a Câmara, só vai pagar empréstimos. Mas como estamos em tempo de orçamentos rectificativos, se calhar a Câmara também teve necessidade desse orçamento rectificativo, porque as contas não bateram muito certo. Obrigado.

PRESIDENTE DA CÂMARA (Dr.ª Isabel Damasceno Campos)

Só alguns esclarecimentos Sr. Deputado Virgílio. Não há nenhum orçamento rectificativo, isso é o seu Governo que parece que pelos vistos ia apresentar, se fosse apresentado um orçamento rectificativo tinha vindo cá e não é, porque há aqui uma confusão de que efectivamente os empréstimos, conforme já foi dito nesta Assembleia, estavam previstos no plano, contrário do que foi dito, e aliás, se não estivessem previstos não se podiam fazer e nem sequer tinha o visto do Tribunal de Contas que é uma das obrigadoriedades. A segunda questão, que queria referir é o seguinte, oh Deputado Luís Pinto, quando se faz o Plano e o Orçamento não se diz para que é que são os empréstimos, faz-se uma estimativa de recitas e despesas e portanto nunca é necessário dizer para que é que são os empréstimos. Por outro lado, só mais dois esclarecimentos rápidos. O primeiro é que em 98, isto só para dizer que não é só nos anos eleitorais, foi contraído um empréstimo de 600 mil contos e em 99 um empréstimo equivalente a este, também com 300 mil contos para os serviços municipalizados que eu acho que todos os empréstimos que se possam contrair para lá são absolutamente imprescindíveis. Queria também aqui referi que já nessa altura eu disse, que a partir do momento em que entre em funcionamento o III Quadro Comunitário é efectivamente importante a contracção de empréstimos porque é um complemento para aos financiamentos que se vão conseguindo naturalmente à custa disso e que nem entram sequer na capacidade de endividamento. Por outro lado, relativamente aos vinte anos, eu queria dizer que efectivamente nós também temos regras para funcionar e uma das coisas que está escrito na Lei das Finanças Locais, no seu artigo 23º, nº 2, diz assim:

" ...O endividamento municipal deve orientar-se por princípios de rigor e eficiência, prosseguindo os seguintes objectivos :

- a) Minimização de custos directos e indirectos numa perspectiva de longo prazo;
- b) garantia de uma distribuição equilibrada de custos pelos vários orçamentos anuais;
- c) Prevenção da excessiva concentração temporal de amortização; "

Ou seja, são as próprias regras que dizem que é aconselhado, a diluição do tempo temporal dos empréstimos, precisamente porque há facilidade do ponto de vista da sua amortização, isto é, são as regras das Finanças Locais e que naturalmente tem de ser seguidas

neste esquema e que são regras básicas de gestão, e penso que não tenho mais nada para responder. Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA(LEONEL PONTES)

Muito obrigado. Vou colocar à votação.

PRESIDENTE DA CÂMARA(Dr.ª Isabel Damasceno Campos)

Oh Sr. Presidente desculpe mas está ali o Sr. Deputado Domingos Carvalho a pedir os esclarecimentos que me pediu, eu esqueci-me, mas os esclarecimentos estão naquele documento que foi enviado, que tem a capacidade de endividamento, tem o serviço da dívida dos empréstimos e tem o serviço da dívida de empréstimos a contratar, uma estimativa anual e depois dá o saldo, está lá tudo explicado.

PRESIDENTE DA MESA(LEONEL PONTES)

Sr. Deputado Virgílio David faça favor mas seja breve.

DEPUTADO VIRGÍLIO DAVID(PS)

Em relação a isso, eu entendo que o empréstimo pode ser feito e deve ser feito para investimento, agora para despesas correntes acho que em termos de vinte anos, eu gostaria de dar aqui um exemplo, a Câmara comprava um edifício, e teria que o pagar em quinze anos, vinte anos, é natural que pedisse um empréstimo para esse tempo, agora, fazer um empréstimo para despesas correntes quando eu acho que a Câmara poderia intervir na sua gestão do dia a dia, reduzir muitas despesas, e podia ter verbas para isto se o índice de produtividade da Câmara fosse muito maior, porque eu penso que o índice de produtividade da Câmara é baixo, há muita despesa que é feita e podia ser evitada e que se poderia transferir verbas dessas despesas que poderiam ser evitadas para estas obras, agora fazer um empréstimo para investimentos correntes com um prazo de vinte anos, é que me parece que, eu não sou economista mas em termos de gestão acho que isto não é gerir, é o contrário das boas regras de gestão, é só isso que eu acho que não está de acordo.

PRESIDENTE DA CÂMARA(Dr.ª Isabel Damasceno Campos)

Oh Sr. Presidente, eu tenho que esclarecer porque eu acho que há aqui uma confusão.

PRESIDENTE DA MESA(LEONEL PONTES)

Faça favor Sr.ª Presidente.

PRESIDENTE DA CÂMARA(Dr.ª Isabel Damasceno Campos)

Oh Sr. Deputado, acho que há aqui uma confusão muito grande, o senhor não leu, não é para despesas correntes, estão identificadas as obras a que se destinam os empréstimos, e não há

nenhuma despesa corrente, são obras de investimento, que estão identificadas na documentação que foi enviada. Ouça, eu não posso utilizar o dinheiro do empréstimo em mais nada, a não ser nisto que aqui está certo? Só posso utilizar nisto ou seja, isto são despesas de investimento.

PRESIDENTE DA MESA(LEONEL PONTES)

Muito bem, não há diálogo, a Sr.^a Presidente deu a sua explicação, está dada, não há mais inscrições e vou colocar à votação.

Quem vota contra? Onze votos contra do PS e 3 votos contra do CDS/PP.

Quem se abstém? 1 abstenção do PCP.

Quem vota a favor? 27 votos a favor do PSD

Está aprovado por maioria.

Uma declaração de voto do Sr. Deputado Domingos Carvalho, faça favor.

DEPUTADO DOMINGOS CARVALHO(CDS/PP)

Domingos Carvalho, Partido Popular.

Declaração de voto referente ao nosso voto contra. Tendo-nos abstinido na apresentação do Plano de Actividades e do Orçamento, tínhamos que votar contra porque efectivamente esta forma de contratação a vinte anos e com base na interpretação que a Sr.^a Presidente fez daquilo que é aconselhável e que me parece abusivo, levará a que durante os próximos quatro ou cinco mandatos haja uma oneração desta situação. Parece-nos que é uma política grave, e eu na verdade e o Partido Popular aquilo que entendemos que deve ser feito, a não ser que para isso haja conviência entre todos os partidos políticos, é a concisão, a limitação e a obtenção de empréstimos para liquidação durante o outro mandato de cada Câmara, de cada executivo, isso sim parece-me que faz sentido, a não ser que haja opinião favorável dos demais partidos que podem promover a alternância. Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA(LEONEL PONTES)

Muito obrigado Sr. Deputado.

Vamos entrar no ponto n.º 4.

PONTO N.º 4 - EMPRÉSTIMO DE MÉDIO E LONGO PRAZO - PROPOSTA DE CONTRACÇÃO - 300.000 CONTOS - SMAS. - Apreciação, discussão e votação;

Quem deseja inscrever-se?

Sr. Deputado Luís Pinto, faça favor.

DEPUTADO LUÍS PINTO(PS)

Luís Pinto, Partido Socialista.

Por se tratar de um pedido de empréstimo justo, que de facto resulta em investimento para infraestruturas que estão atrasadíssimas no nosso concelho e para resolver situações que há muitos anos deviam ter sido resolvidas pelos sucessivos executivos do PSD que o não fizeram, nós votamos favoravelmente esta proposta.

PRESIDENTE DA MESA(LEONEL PONTES)

Muito obrigado Sr. Deputado.

Não há mais intervenções. Sr.^a Presidente quer dar alguma explicação?

Não há explicações, vou por isso colocar à votação.

Quem vota contra?

Quem se abstém? 3 abstenções, sendo 1 abstenção do PS, 1 do CDS, e 1 do PCP.

Está aprovado por maioria.

PONTO N.º 5 - ADESÃO DO MUNICÍPIO DE LEIRIA À ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE ESTÁDIOS - Apreciação, discussão e votação;

Alguém deseja inscrever-se? Não.

Sr.^a Presidente deseja dar alguma explicação? Faça favor.

PRESIDENTE DA CÂMARA(Dr.º Isabel Damasceno Campos)

Foi feita uma proposta à Câmara para pertencer a esta associação, a Câmara aprovou entendendo que é preferível em determinadas situações até no próprio dia, algum Governo no futuro, que se fale uma só voz do que cada um andar a falar para seu lado e portanto a proposta é para a Câmara aderir à Associação Portuguesa de Estádios.

PRESIDENTE DA MESA(LEONEL PONTES)

Dada a explicação, vou colocar à votação.

Deseja intervir Sr. Deputado Ferreira? Faça favor.

DEPUTADO FERNANDO COSTA FERREIRA(PS)

Fernando Ferreira, Partido Socialista.

Ainda agora em relação aos empréstimos foi referido aqui talvez o despesismo da Câmara ou pelo menos uma má gestão dos dinheiros que recolhe. E portanto, ultimamente tem aparecido aqui na Câmara e provavelmente no futuro irá continuar a aparecer, associações que a Câmara se

associa e nós temos aprovado de uma forma geral, mas há uma questão que é a seguinte: Foi referido aqui pelo Deputado Paulo Pedro que a Câmara neste momento está com custos de pessoal superior em 15% ao que tinha até aqui. Ora isso, ainda por cima a Sr.^a Presidente da Câmara sendo economista, sabe que hoje não é uma forma moderna de gerir as coisas, portanto eu gostaria de saber os custos que há...

PRESIDENTE DA CÂMARA(Dr.^a Isabel Damasceno Campos)

Respondo-lhe já Sr. Deputado , é zero.

DEPUTADO FERNANDO COSTA FERREIRA(PS)

Pronto, era isso que eu queria saber, mas porque provavelmente e já se fala aí à boca cheia que vai haver futuramente outras organizações onde haverá custos e portanto, eu vou votar a favor mas penso que este esclarecimento era necessário. Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA(LEONEL PONTES)

Muito obrigado Sr. Deputado. Vou colocar à votação.

Quem vota contra?

Quem se abstém? Duas abstenções do PP

Está aprovado por maioria.

PONTO N.º 6 - ADESÃO DO MUNICÍPIO DE LEIRIA À ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DOS CASTELOS - Apreciação, discussão e votação;

Sr.^a Presidente quer dar alguma explicação acerca desta matéria?

Faça favor.

PRESIDENTE DA CÂMARA(Dr.^a Isabel Damasceno Campos)

Esta posso dar a explicação, conforme aí está, tem um custo de 2.400\$00/ano.

PRESIDENTE DA MESA(LEONEL PONTES)

Mesmo assim, algum do Srs. Deputados deseja inscrever-se? Não.

Vou colocar à votação.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

Está aprovado por unanimidade.

DEPUTADO DOMINGOS CARVALHO(CDS/PP)

Declaração de voto Sr. Presidente.

Se não me falha a memória, estamos a falar de uma quota anual de 2.400\$00, estamos em período de neste País, começar a ter cuidado com os gastos que se façam. Seguramente que este assunto ter vindo a esta Assembleia, custou muito mais que o valor da quota, é importante que para o futuro, haja rectificação...

PRESIDENTE DA CÂMARA(Dr.ª Isabel Damasceno Campos)

É obrigatório!

DEPUTADO DOMINGOS CARVALHO(CDS/PP)

Sr.ª Presidente, não estou a dizer que é da Câmara, eu estou a dizer em termos da forma de funcionar, porque não faz sentido que uma quota de 2.400\$00 tenha que ter todos estes papeis, todos estes custos, para poder ser aprovado. Muito obrigado.

PONTO N.º 7 -PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DE LEIRIA - ALTERAÇÃO DE REGIME SIMPLIFICADO NOS TERMOS DO DECRETO-LEI N.º 380/99, DE 22 DE SETEMBRO *Apreciação, discussão e votação;*

Sr.ª Presidente quer dar alguma explicação?

PRESIDENTE DA CÂMARA(Dr.ª Isabel Damasceno Campos)

Quero, quero dar uma explicação, que penso que é importante explicar.

Queria só fazer referência , esta alteração simplificada foi aprovada aqui, exactamente esta alteração numa Assembleia anterior. Isto tem a ver com a possibilidade de nas zonas industriais, poder instalar-se armazéns com características de retém ou destinados a venda ou revenda, que não estão previstas nas actuais zonas industriais. Isto veio aqui com uma descrição e interessa também explicar porque a caricatura da história é interessante, em que foi criada uma alínea especial, no artigo 49º, ponto 1, em que ficava especificado exactamente a possibilidade dos armazéns com estas características. Isto tinha sido combinado que era a forma correcta de se exprimir isto em termos escrito, com a CCR. No entanto como é sabido, quem aprova estas alterações simplificadas, é a Direcção Geral do Ordenamento do Território, que quando aparece lá isto com a criação de uma alínea achou que não era uma alteração simplificada do ponto de vista do entendimento legal do que é uma alteração simplificada, não pode ser criada uma alínea. Eu fui falar com o Sr. Director Geral do Ordenamento do Território para ver se conseguia perceber

porque é que era assim e então, é entendido do ponto de vista jurídico que dá assessoria à Direcção Geral, que para ser entendida uma alteração simplificada o mesmo texto deveria ficar entrelinhado e não a criação de uma nova alínea, que não era considerada alteração simplificada. E então o que aqui vem, depois teve que dar as voltas todas normais, de ir à Câmara, de ir à Assembleia Municipal, é que passe a ter exactamente esta redacção, o ponto 1 do artigo 49º, que diz: "...são áreas industriais as destinadas à implantação de edifícios e estabelecimentos industriais, incluindo-se nesta designação, as áreas destinadas à instalação de laboratórios de pesquisa e análise,..." e acrescenta-se "...armazéns de retém destinados a venda ou revenda..." e depois tem exactamente a mesma redacção.

Portanto, foi retirar isto do ponto de vista de redacção de uma alínea para entrelinhar.

PRESIDENTE DA MESA (LEONEL PONTES)

Sr. Deputado José Augusto Esteves, faça favor.

DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO ESTEVES (PCP)

Palavra de honra que não percebi. Mas percebi uma coisa, percebi que vamos ter zonas industriais que são zonas comerciais e isso é que eu lamento.

PRESIDENTE DA CÂMARA (Dr.ª Isabel Damasceno Campos)

Não são zonas comerciais...

DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO ESTEVES (PCP)

Pois, é preciso definir bem, eu vou votar, eu é que estou a ver mal certamente, agora, o problema é este, é que a mim dá-me ideia que estas alterações são no sentido de criar condições e atenção, que estamos a falar de PDM, não no sentido de criar certo tipo de estruturas que são essencialmente suporte de desenvolvimento industrial, mas depois vai ali cair tudo o que é armazéns de reténs, destinados a venda, a revenda, não é nada disto, é que andamos depois a gastar dinheiro, apensar que estamos a promover um determinado tipo de vector imprescindível ao desenvolvimento porque achamos e isso toda a gente percebeu já, da importância do salto que deu Leiria com o desenvolvimento industrial, não podemos subestimar, foi assim que nos afirmámos, enquanto fomos sociedade agrícola e comercial não demos um salto, cuidado, é bom também ir lá analisar, o grande salto dá-se com o desenvolvimento industrial, eu não estou a subestimar nem o comércio nem estou a subestimar nada, agora, desculpem mas até aqui, a própria Câmara o disse, na sessão, há muito pouco tempo, a menos que de facto a gente também já não se ouça uns aos outros, então pusemos ali um monumento aos industriais dos plásticos, se só dizemos que o grande salto se dá nos anos sessenta, com o desenvolvimento da indústria de plásticos, e isso serve

pelos momentos comemorativos, para passar a mão pelo pêlo a alguém, tudo bem, se isso tem alguma fundamentação de outro tipo, então, agora não me venham dizer que é justo estarmos a fazer zonas industriais para pormos lá comércio, não precisamos disso nem precisamos de fazer estas opções e era isto que eu queria chamar a atenção, acho que não estou a subestimar o comércio nem as outras actividades.

PRESIDENTE DA CÂMARA(Dr.ª Isabel Damasceno Campos)

Acho que é perfeitamente possível coexistir numa zona industrial indústrias porque isto não se trata de lojas, nem pequeno comércio, são armazéns.

PRESIDENTE DA MESA(LEONEL PONTES)

Dadas estas explicações, não havendo mais inscrições vou colocar à votação.

Quem vota contra? Dois votos contra do PS.

Quem se abstém?

Está aprovado por maioria.

PONTO N.º 8 - PROTOCOLOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS - Apreciação, discussão e votação;

Sr.ª Presidente quer dar alguma explicação?

PRESIDENTE DA CÂMARA(Dr.ª Isabel Damasceno Campos)

Penso que este não tem dúvidas nenhuma!

PRESIDENTE DA MESA(LEONEL PONTES)

Muito bem, foi enviado em tempo.

Srs. Deputados querem usar da palavra? Não.

Vou colocar à votação.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

Está aprovado por unanimidade

**PONTO N.º 9 - POLÍCIA MUNICIPAL - RELATÓRIO DA COMISSÃO MUNICIPAL -
Apreciação, discussão e votação;**

Sr.ª Presidente quer dar alguma explicação?

PRESIDENTE DA CÂMARA(Dr.ª Isabel Damasceno Campos)

Eu penso que a explicação a dar podia ser dada com mais fundamento por qualquer elemento que fez parte da Comissão. Como sabem foi criado um grupo de trabalho no âmbito da Assembleia Municipal, esse grupo de trabalho foi constituído por um elemento de cada partido e ficou com a incumbência de fazer um estudo e a apresentação de um relatório sobre esta temática Polícia Municipal. Tanto quanto eu sei, se não estou enganada, este relatório foi levado a efeito, foi conclusivo, foi aprovado no âmbito desse grupo de trabalho e deve vir aqui à Assembleia também para ser discutido e aprovado dentro do texto que aqui é presente.

PRESIDENTE DA MESA(LEONEL PONTES)

Faça favor Sr. Deputado Góis Martins.

DEPUTADO GÓIS MARTINS(PPD/PSD)

Góis Martins, PSD.

Efectivamente tal como a Sr.ª Presidente já adiantou, este relatório resulta de várias reuniões que foram levadas a efeito pela Comissão que esta Assembleia mandatou, o assunto foi profundamente discutido e analisado, foi inclusivamente exemplos já de processos mais adiantados do que aquele em que estamos a trabalhar, nomeadamente o de Cascais e de outras cidades do País, e, no final, esta redacção que agora nos é apresentada, mereceu a aprovação unânime de todos os elementos da Comissão que como foi já dito, era composta por um elemento de cada um dos partidos com assento na Assembleia, mais dois Vereadores da Câmara Municipal. Portanto pensamos que o que está ali, é de facto o resultado do trabalho da Assembleia em si, era só.

PRESIDENTE DA MESA(LEONEL PONTES)

Muito obrigado.

Dada esta explicação algum dos Deputados deseja usar da palavra? Não.

Vou colocar então à votação este relatório.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

Está aprovado por unanimidade.

PONTO N.º10 - REORGANIZAÇÃO DA COMISSÃO DE PROTECÇÃO DE MENORES - DESIGNAÇÃO DE 4 MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LEIRIA- Apreciação, discussão e votação;

Queria dizer aos Srs. Deputado o seguinte: Eu falei com todos os membros responsáveis pelas bancadas das forças políticas presentes, PSD,PS,CDS/PP e CDU, no sentido de estes quatro membros serem um de cada partido. Ninguém se opôs e sendo que o PSD indicou o Sr. Deputado Paulo Reis, a CDU seria o Sr. Deputado José Augusto Esteves, do PS o Deputado Alfredo Ferreira e do CDS/PP o Deputado Domingos Carvalho.

Sendo assim se ninguém tivesse nada contra, estava aprovado este ponto com indicação destes quatro membros.

Relativamente a este ponto ninguém deseja usar da palavra?

Faça favor Sr. Deputado

DEPUTADO SANTOS PEREIRA(PS)

Santos Pereira do Partido Socialista.

Eu só gostaria que o Sr. Presidente da Assembleia me explicasse, porque só agora veio aqui à Assembleia solicitar a indicação destes quatro elementos quando há uma carta de 24 de Outubro de 2000, a solicitar que isso fosse indicado até ao dia 15 de Novembro de 2000, e só agora depois de nova carta, enviada pela Comissão de Protecção de Menores, que ainda por cima julgo eu, vive aqui na Câmara Municipal, porque é que só agora? Ou é uma falta de respeito e de consideração pela Comissão de Menores ou então houve algum lapso!

PRESIDENTE DA CÂMARA(Dr.ª Isabel Damasceno Campos)

Oh Sr. Deputado é muito simples. Apesar de terem vindo as cartas, em contacto directo com a Comissão de Protecção de Menores, porque havia regras de funcionamento

complementares do ponto de vista de regulamentação, não foi preciso mais cedo, isto foi a explicação dada pelo Presidente da Comissão, agora é que surgiu a urgência!

DEPUTADO SANTOS PEREIRA(PS)

Eu falo com base nos documentos que aqui tenho, passados seis meses é que vieram à Assembleia!

PRESIDENTE DA CÂMARA(Dr.ª Isabel Damasceno Campos)

Os documentos dizem efectivamente isso mas não houve nenhuma pressa em fazer isso.

PRESIDENTE DA MESA(LEONEL PONTES)

Mas para que não surjam dúvidas vamos ao formalismo.

Quem vota contra esta Comissão?

Quem se abstém?

Está aprovada por unanimidade.

Meus senhores, agradeço a vossa atenção, muito boa noite e até breve, está encerrada a sessão.

APROVAÇÃO DA ACTA EM MINUTA

De acordo com o disposto no n.º 3, do artigo 92º, da Lei N.º 169/99, de 18 de Setembro, a Assembleia Municipal, deliberou por _____, aprovar a acta em minuta.

ENCERRAMENTO

E, não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo senhor Presidente encerrada a sessão, eram 0.30 horas, mandando que de tudo, para constar, se lavrasse a presente acta, que eu, Teresa Paula Ribeiro dos Santos Pinto, lavrei e subscrevo.-----
Leiria, aos 21 dias do mês de Junho do ano de dois mil e um.-----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL,

O Escrivão

FIM DE ACTA